

IMPRENSA E RACISMO

UMA ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS
DA COBERTURA JORNALÍSTICA

IMPRENSA E RACISMO

UMA ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS
DA COBERTURA JORNALÍSTICA

Realização:



Apoio:



FORDFOUNDATION



W.K. KELLOGG
FOUNDATION

To help people help themselves

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
PARA ENTENDER A PESQUISA	10
ASPECTOS GERAIS DO NOTICIÁRIO	15
OS JORNAIS QUE LIDERAM A COBERTURA	17
ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DO DEBATE	25
O FOCO CENTRAL DAS NOTÍCIAS	28
COTAS DOMINAM AS NARRATIVAS	31
OUTRAS TEMÁTICAS ABORDADAS	38
A DISCUSSÃO SOBRE RACISMO	44
AS CARACTERÍSTICAS DO PÚBLICO CITADO	50
PERSPECTIVA INSTITUCIONAL: ARTICULAÇÕES PREDOMINAM	54
LEGISLAÇÃO MENCIONADA	61
FONTES ESTATÍSTICAS – UM INDICADOR POSITIVO	64
FONTES DE INFORMAÇÃO OUVIDAS	67
CAUSAS E SOLUÇÕES APRESENTADAS	71
PARÂMETROS JORNALÍSTICOS	74
ASPECTOS QUALITATIVOS	77
SEÇÃO ESPECIAL – VIOLÊNCIA FÍSICA: UMA GRAVE LACUNA	79

INTRODUÇÃO

A imprensa em geral tem desempenhado papel relevante nas sociedades contemporâneas, no que se refere ao fortalecimento da democracia, ao desenvolvimento das nações e à proteção dos direitos humanos – não apenas denunciando violações a tais direitos, como fortalecendo o debate público em torno das formas de garanti-los e promovê-los.

Entretanto, como ocorre em qualquer campo do conhecimento humano, sistema de poder ou esfera de ação, esse vasto e complexo “ecossistema” comunicacional convive com práticas contrárias àquelas que fazem da instituição imprensa uma das mais respeitadas nas sociedades democráticas – aí incluída a sociedade brasileira.

Esse contexto negativo não contribui para o desenvolvimento humano. Tampouco da imprensa, que acaba sendo nivelada pelas ações nocivas de determinados setores, meios ou produtos midiáticos, gerando a necessidade de salvaguardar as prerrogativas da instituição, a partir do aperfeiçoamento do modo de operação do campo.

Para atingir esse objetivo estratégico, é imprescindível que os jornalistas e demais atores da área reflitam sistematicamente sobre suas produções, lançando mão de mecanismos de monitoramento que permitam a autorregulação dessa esfera tão importante para o desenvolvimento das relações sociais.

É com esse propósito que a ANDI, com apoio da Fundação Ford e da Fundação W. K. Kellogg, vem construindo um conjunto de referências sobre as relações entre o campo da comunicação e a problemática do racismo – como é o caso da presente pesquisa, que analisa as tendências da cobertura jornalística sobre esta temática em veículos impressos de todo o território nacional.

MÍDIAS(S) E RACISMO – Está suficientemente demonstrada por estudiosos de diferentes arenas disciplinares, correntes de pensamento e linhas de investigação a contribuição do campo simbólico na (re)construção do racismo – o que inclui o universo da comunicação midiática em geral e, especificamente, do jornalismo.

Carlos Moore¹ é um dos que analisaram essa relação. Em *Racismo e sociedade* e *O racismo através da história*, o pesquisador registra fragmentos que não só evidenciam a operação do conceito no Orien-

Direitos e deveres

Prêmio Nobel de Economia e um dos formuladores do conceito de Desenvolvimento Humano, Amartya Sen enfatiza que a liberdade de imprensa “exige a nossa mais forte defesa”. Lembra, porém, que a imprensa tem tanto direitos quanto obrigações. “Na verdade, a liberdade de imprensa define ambos – um direito e um dever –, e nós temos boas razões para lutar pelos dois”.

¹ MOORE, 2007a e 2007b.

te antigo, recompondo a natureza cíclica, não linear da prática discriminatória, como expõem o papel mediador do campo simbólico da literatura – portanto, da comunicação.

Recuperando registros do historiador Bernard Lewis, Moore aponta vestígios do preconceito racial e da escravização de negros a partir dos contos das *Mil e Uma Noites*, que contam a história “de um bom escravizado negro que, após uma vida de fé e virtude, foi recompensado depois da morte, ao tornar-se branco”.

Importante frisar que, como demonstrado por Kabengele Munanga, as teorias “raciológicas” não sobreviveram ao desenvolvimento da ciência biológica e da Genética Humana, as quais demonstraram que somente 0,012% das variações genéticas responsáveis por diferenças entre grupos humanos pode ser atribuído ao que se chama de raça.

[...] um marcador genético característico de uma raça pode, embora com menos incidência, ser encontrado em outra raça. Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica [...], os estudiosos [...] chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante, para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem (MUNANGA, 2003).

Mas os estudiosos também evidenciam que, apesar de o conceito de raça estar desacreditado nos círculos acadêmicos e científicos, o fenômeno do racismo subsiste na contemporaneidade, sendo operado nas esferas social e simbólica de maneira análoga ao que ocorria na Antiguidade, ou seja, tendo como indicador a aparência física.

Segundo Carlos Moore, por exemplo, continua em alta, no Brasil da atualidade, a “[...] tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas”². Crença essa (re)alimentada pelo campo da comunicação.

IMPRESA E RACISMO – A constatação de tal realidade impõe a necessidade de rastreamento das práticas racistas, que nem sempre se traduzem pelo ódio explícito à diferença étnica. Seus dispositivos são acionados, muitas vezes, de modo automatizado, naturalizado, quase silencioso, dificultando a identificação e o combate ao fenômeno.

E como demonstrado em *Micropoderes, macroviolências*, o campo do jornalismo não está imune a esse tipo de operação. Na publicação, que registra a

² IDEM.

síntese da análise de conteúdo de três jornais impressos³, é exposta a (re)produção automatizada do ideário racista da sociedade. Um extrato, a título de ilustração:

[...] não há evidência de vinculação mecânica, intencional, entre o noticiário negativamente discriminatório e as vítimas afrodescendentes, mas se pode estabelecer uma homologia entre a hierarquia noticiosa e a hierarquia racial [...]. Hierarquia que aprisiona o negro nas tramas de um processo que lhe é, a todos os títulos, desfavorável (VARJÃO, 2008).

A tendência noticiosa verificada em nível local é confirmada em âmbito nacional, por meio do presente estudo, como veremos. Dentre outras constatações, a análise aponta a propensão dos jornais impressos brasileiros em dissociar as violências físicas praticadas contra a população negra e o debate sobre seu contexto primordial de produção – ou seja, a violência simbólica do racismo.

Resumindo, como ocorre em relação a outras temáticas analisadas pela ANDI, as narrativas dos meios de comunicação de massa sobre a população negra impactam a vida desse grupamento vulnerável – tanto positiva quanto negativamente. Daí o esforço de contribuir para a construção de um referencial de ação para o campo, na perspectiva de proteção de direitos da maioria da população brasileira.

³ Jornais baianos *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Tribuna da Bahia*.

Processo

A presente pesquisa está inserida numa estratégia mais ampla, que incluiu a transferência da metodologia de análise da ANDI para organizações do Movimento Social/Negro brasileiro, as quais, num sistema cooperativo, contribuíram para o aporte teórico sobre a temática do racismo. Além destas, e de peritos contratados, a equipe de pesquisa contou com o reforço de membros de um Conselho Consultivo.

Composto por especialistas altamente qualificados no debate sobre questões raciais no Brasil, o Conselho contou com representantes do Criola, Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), Afirme-se, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Instituto Mídia Étnica, Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira), Fundo Baobá, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Instituto Patrícia Galvão, Observatório de Favelas, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), Uni-

Comunicação para o Desenvolvimento

Uma ampla linha de estudos consolidou-se nas últimas décadas tendo como foco a Comunicação para o Desenvolvimento. E quando identificam os principais parâmetros que regem o fazer jornalístico neste contexto, diversos autores destacam como de especial importância a produção de um noticiário capaz de:

- Oferecer à sociedade informação confiável e contextualizada;
- Ser pluralista na construção de uma agenda de debates prioritários; e
- Exercer controle social em relação aos governos e às políticas públicas.

versidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Onu Mulheres, Fundo Brasil de Direitos Humanos e Fórum Nacional de Juventude Negra.⁴

Ao longo desse processo, foram realizadas oficinas de capacitação com as organizações parceiras e os membros da equipe de pesquisa, além de reuniões com os membros do Conselho, para definição e acompanhamento da análise. Durante estes encontros, além do delineamento e da definição dos métodos de investigação da presente *Análise de Tendência*, deliberou-se também por realizar, em período posterior, duas investigações complementares, a saber:

- Uma *Análise de Caso*, com uma radiografia aprofundada sobre a cobertura de uma questão estratégica da agenda da equidade racial: os homicídios de adolescentes e jovens negros;
- Uma *Análise de Aspectos Específicos*, sobre fatos de destaque encontrados ao longo do atual estudo.

⁴ Ver detalhes sobre as organizações no Anexo 2.

SEÇÃO 1 – PARA ENTENDER A PESQUISA

Desde 1996, a ANDI monitora o comportamento editorial da mídia impressa brasileira no que se refere ao noticiário sobre o universo da Infância & Adolescência.

A cobertura é avaliada a partir de um método conhecido como Análise de Conteúdo, que permite quantificar as características dos materiais veiculados, de forma objetiva e sistemática (no caso desta pesquisa, os conteúdos jornalísticos). Dessa maneira, é possível traduzir os diferentes elementos presentes no texto em dados numéricos, viabilizando sua mensuração e comparação.

No presente documento, nos valem da metodologia de monitoramento da ANDI para analisar em detalhes a abordagem da mídia impressa brasileira sobre o racismo.

Veículos analisados

Foi analisada a cobertura de 45 jornais diários, sendo cinco (05) de abrangência nacional (*O Estado de S.Paulo*; *Correio Braziliense*; *Folha de S.Paulo*; *O Globo* e *Valor Econômico*) e 40 de abrangência regional/local. Dentre os veículos de abrangência regional foram incluídos alguns classificados como “populares”.⁵

Construção da amostra

A partir da definição da abordagem metodológica, passou-se à escolha do período de tempo investigado. A opção foi pela estruturação de uma amostra, para que a análise pudesse atingir um maior intervalo, dentro da possibilidade operacional do trabalho. Nesse caminho, foi elaborada uma “Semana Composta”:⁶ seleção, por sorteio, de sete dias ao longo de cada mês. Esse método prevê que o comportamento editorial de um veículo apresenta características parecidas, de acordo com o dia da semana.

Os conteúdos das edições de segunda-feira tendem a ser mais próximos entre si, se comparados aos de uma edição de domingo, por exemplo. Assim, não seria necessário estudar todo o material veiculado por um determinado jornal para entender quais são as principais tendências da cobertura, desde que preservado o equilíbrio entre os dias pesquisados.

Ao mesmo tempo, a investigação de um período mais estendido de tempo elimina possíveis distorções, trazidas por pautas formuladas a partir de eventos sazonais, como Carnaval ou Copa do Mundo, ou ligadas a determinados acontecimentos, como crises políticas e econômicas. Com a definição da “Semana Composta”, a amostra pôde avançar, no total de temas analisados, para

⁵ Foram eles: Aqui BH (MG); Aqui PE Online; Aqui DF; Extra (RJ); Agora São Paulo; Meia Hora (RJ); Super Notícia (MG).

⁶ HANSEN, 1998.

o período de quatro anos (janeiro de 2007 a dezembro de 2010), somando 336 dias de estudo. Ver, abaixo, o referencial da amostra usada:

TABELA 1
Semana Composta

2007												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Domingo	21	18	4	1	13	17	8	5	2	21	18	30
Segunda	15	12	12	9	21	11	16	13	10	29	12	24
Terça	9	6	20	17	29	5	24	21	18	23	6	18
Quarta	3	14	28	25	23	13	18	29	26	17	14	12
Quinta	11	22	22	19	17	21	12	23	20	11	22	6
Sexta	19	16	16	13	11	29	6	17	14	5	30	14
Sábado	27	10	10	7	5	23	14	11	8	13	24	22
2008												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Domingo	6	10	9	27	11	1	6	17	21	26	2	14
Segunda	14	4	3	14	5	9	14	11	15	20	10	8
Terça	22	12	11	8	13	17	22	5	9	14	18	16
Quarta	30	20	19	16	21	25	30	13	3	8	26	24
Quinta	24	28	27	24	29	19	24	21	11	2	20	18
Sexta	18	22	21	18	23	13	18	29	19	10	14	12
Sábado	12	16	15	12	17	7	12	23	27	18	8	6
2009												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Domingo	4	8	22	12	17	14	12	2	13	4	1	6
Segunda	12	2	16	20	11	22	20	10	7	12	9	14
Terça	20	10	10	28	5	30	28	18	1	20	17	22
Quarta	28	18	4	22	13	24	22	26	9	28	25	30
Quinta	22	26	12	16	21	18	16	20	17	22	19	24
Sexta	16	20	20	10	29	12	10	14	25	16	13	18
Sábado	10	14	28	4	23	6	4	8	19	10	7	12
2010												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Domingo	10	14	28	18	23	20	25	8	5	10	21	19
Segunda	4	8	22	26	17	28	19	2	13	4	29	27
Terça	12	16	16	20	11	22	13	10	21	12	23	21
Quarta	20	24	10	14	5	16	7	18	29	20	17	15
Quinta	28	18	4	8	13	10	1	26	23	28	11	9
Sexta	22	12	12	2	21	4	9	20	17	22	5	3
Sábado	16	6	20	10	29	12	17	14	11	16	13	11

Clipping

A seleção de textos foi realizada em uma base eletrônica de notícias, tendo como período de referência o intervalo de janeiro de 2007 a dezembro de 2010 – o que totaliza quatro anos de cobertura. Foram incluídas todas as notícias que continham ao menos uma das seguintes palavras-chave (ou suas variações):

- Afrodescendente(s);
- Afro-descendente(s);
- “Afro descendente”;
- Afrobrasileiro(a)(s);
- Afro-brasileiro(a)(s);
- “Afro brasileiro(a)(s)”;
- Quilombola(s);

- Racismo;
- Racial(is);
- Raça(s);
- Racialização;
- Preconceito(s);
- Discriminação(ões);
- Negritude;
- “Intolerância religiosa”;
- “Ação(es) afirmativa(s)”;
- “Religião(es) de matriz africana”;
- Pardo(a)(s);
- Negro(a)(s);
- Preto(a)(s).

De forma a eliminar material não relacionado ao foco da pesquisa, foram utilizados filtros de seleção para as palavras-chave “negro”, “preto” e “pardo”, desconsiderando-se, por exemplo, as expressões “rubro-negro” e “alvinegro”; e considerando-se as palavras “preto” e “pardo” apenas quando associadas a conceitos relacionados à temática, como “vítima”, “violência”, “homicídio”, “assassinato”, “preconceito”, “estereótipo” e “IBGE”.

Crítérios de seleção de textos

Após a seleção automática de textos por meio de palavras-chave, um grupo de pesquisadores realiza um processo de triagem, que tem o objetivo de garantir que as narrativas selecionadas estejam dentro dos parâmetros estabelecidos para a pesquisa.

Segundo a metodologia da ANDI, as notícias escolhidas para a classificação precisam ter um mínimo de 500 caracteres, dos quais pelo menos 200 devem tratar diretamente de questões relacionadas ao universo da pesquisa.

Classificação

Além de investigar os aspectos quantitativos da cobertura, a pesquisa adota parâmetros de classificação dos textos que permitem uma avaliação de sua qualidade, por meio das variáveis apresentadas a seguir.

- Foco central – temáticas majoritariamente mencionadas pelas matérias (aparecem em um número maior de linhas), quando estas discutem a questão racial;
- Formato jornalístico – os textos são classificados de acordo com as seguintes categorias: Reportagem (informativa); Artigos assinados (opinião enviada ao jornal); Colunas ou notas de colunas assinadas; Entrevistas; Carta do leitor; Editoriais e Enquetes;

- Enquadramento do foco central – indica se o foco central foi abordado segundo a perspectiva institucional do Poder Executivo; do Poder Legislativo; do Poder Judiciário; do Ministério Público; da Polícia; das empresas; das organizações da sociedade civil; dos organismos internacionais ou das instituições de ensino e pesquisa;
- Políticas públicas apresentadas;
- Menção a fontes de financiamento e recursos para políticas públicas;
- Menção a dados estatísticos e legislação;
- Ótica investigativa (causas e soluções);
- Fontes de informação – vínculo institucional de todas as fontes ouvidas pelos jornalistas;
- Autoria do texto.

Para além dos itens referentes à metodologia ANDI de monitoramento, foram introduzidas na análise questões específicas para avaliar a cobertura sobre o racismo, divididas nos blocos temáticos abaixo listados. Por ser central para os objetivos da pesquisa e do projeto Imprensa e Racismo, as questões sobre violência foram aplicadas para todas as notícias, mesmo quando o tema não era o foco central do texto. Para os demais blocos temáticos, as questões específicas foram aplicadas somente quando o foco central da notícia guardava relação com os mesmos.

- Violência;
- Educação;
- Saúde;
- Comunidades quilombolas e acesso à terra;
- Mercado de trabalho;
- Manifestações culturais e religiosas;
- Ação afirmativa e cotas;
- Manifestações de racismo.

Inserção, extração e análise de dados

Uma vez selecionado, cada texto é indexado numa base de dados e classificado a partir de questionário estruturado em conjunto com os membros do Conselho Consultivo e especialistas convidados, seguindo os critérios descritos acima. Ao fim desse processo, são extraídas as planilhas com números relativos às diversas variáveis e seus cruzamentos. Em seguida, os resultados são analisados de modo a construir uma ampla radiografia do tratamento editorial dispensado ao tema pelos veículos investigados.

Conceitos usados

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA – Para melhor compreensão dos resultados da presente pesquisa, foi necessário especificar as diferentes manifestações de violência contra a população negra. Para isso, foi empregada, neste relato, a noção de violência simbólica. Desenvolvido a partir de definição do sociólogo Pierre Bourdieu,⁷ o conceito deve ser compreendido como todo e qualquer instrumento de saber que contribua para operacionalizar ou legitimar a dominação de grupamentos humanos sobre outros.

A partir desta definição, as manifestações de violência simbólica foram estendidas à usurpação, supressão ou não reconhecimento dos direitos individuais e sociais básicos de determinados segmentos da população, sejam esses grupamentos caracterizados por condições socioeconômicas (representadas, por exemplo, pelas classes sociais); estados sociobiológicos (simbolizados pela idade ou pelo gênero); ou socioculturais (assinaladas por posições étnico-raciais).⁸

RACISMO – O racismo é um fenômeno único, de discriminação negativa contra determinados indivíduos ou grupamentos humanos, mas é operado e manifesta-se de diversas maneiras, ganhando, conseqüentemente, diferentes terminologias, como o racismo institucional, que pode ser definido como a prática de determinadas instituições, públicas ou privadas, que “dificulta ou impede o acesso de pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminadas aos serviços e benefícios gerados pelo próprio Estado e pelas demais instituições”.⁹

Já o racismo individual é aquele praticado diretamente por determinado(s) indivíduo(s) contra uma pessoa ou grupo de pessoas, em função das características étnico-raciais destes. Nos dois citados padrões de operação, a prática do racismo pode atingir o plano físico – seja em função da ausência de programas públicos e específicos de saúde, que acabe resultando em sequelas físicas ou mesmo na morte do indivíduo, seja pela agressão direta, com os mesmos efeitos.

Entrelaçando os conceitos acima descritos, é possível compreender o fenômeno do racismo como uma violência simbólica, ora operada no plano físico, ora operada verbalmente, ora por meio de mecanismos mais sutis, como a não promoção de direitos. Entre estes, o direito à educação, no qual se insere, por exemplo, o debate sobre o sistema de cotas raciais para inserção da população negra negativamente discriminada em instituições de ensino superior do Brasil.

VIOLÊNCIA FÍSICA – Como exposto, a violência simbólica do racismo atinge, muitas vezes, o plano físico, o que é evidenciado pelo quadro de homicídios no País, que vitima, principalmente, pessoas negras, do sexo masculino, jovens e pobres.¹⁰ E para diferenciar essa grave manifestação de racismo de outras violências, como a verbal e a institucional, o conceito será aqui usado sempre que se estiver falando sobre agressões físicas contra a pessoa que resultem ou não em morte – incluindo as violências sexuais.

⁷ BOURDIEU, 2005.

⁸ VARJÃO, 2008.

⁹ PCRI, 2005.

¹⁰ WAISELFISZ, 2004.

SEÇÃO 2 – ASPECTOS GERAIS DO NOTICIÁRIO

A ANDI – Comunicação e Direitos analisou 1.602 notícias envolvendo a temática do racismo, publicadas no período de quatro anos (entre 2007 e 2010) pela mídia impressa brasileira (45 jornais impressos das diversas regiões do País).

No estudo, realizado com apoio da Fundação Ford e da Fundação W. K. Kellogg, são apontadas algumas particularidades na atenção dedicada ao tema pelos jornais analisados, especialmente no que se refere ao teor do debate público sobre racismo, evidenciado ora por presenças, ora por ausências discursivas, como será exposto adiante.

TENDÊNCIAS – Levando-se em conta os parâmetros qualitativos em geral, pode-se dizer que o noticiário sobre racismo é tecnicamente superior a muitas das coberturas analisadas ao longo dos anos pela ANDI – incluindo a de violência física, que se encontra nos mais baixos patamares qualitativos,¹¹ dentre todas as que compõem as séries históricas produzidas pela organização.

Um dos indicadores que atestam a qualidade técnica desse tipo de cobertura é a abrangência e o nível de abordagem dos textos. Como será exposto adiante, diferentemente das narrativas jornalísticas sobre violência física, centradas, sobretudo, nas ocorrências, a maioria dos textos sobre racismo é contextualizada (73,9%), o que significa dizer que vai além da exposição de fatos, reunindo elementos importantes à compreensão da problemática.

Há outros indicadores neste sentido, como registrado no tópico sobre os dados qualitativos da presente análise.

Neste noticiário tecnicamente qualificado, que ocupa espaços e gêneros narrativos considerados nobres dos jornais, insere-se o debate sobre mecanismos de enfrentamento ao racismo, como o sistema de cotas raciais – o tema mais abordado nos veículos sob análise, como registrado em seção específica.

E boa parte dessa cobertura revela posicionamento contrário ao sistema: 21,5% dos textos sobre o assunto (*Tabela 23*) apresentam argumentos radicalmente contrários ao uso desse tipo de dispositivo – o que expõe o caráter ideológico do debate. Pela importância dos resultados encontrados, esta perspectiva deverá ser detalhada em análise posterior.

Resumindo, pode-se dizer, sobre a tendência geral da cobertura jornalística sobre racismo, que:

¹¹ ANDI, 2008.

- Os jornais impressos analisados discutiram racismo durante o período em foco, impulsionados, dentre outros fatores, pela ação do movimento social brasileiro – e pelo Movimento Negro –, como será detalhado na seção a seguir, sobre o desempenho quantitativo dos jornais.
- O debate é tecnicamente qualificado – o que não significa dizer que o posicionamento seja predominantemente favorável aos mecanismos de enfrentamento ao racismo propostos por organizações do movimento social e instituições do Estado brasileiro.
- Contrariando a tendência de outras coberturas temáticas, o noticiário sobre racismo é permeado por um volume significativo de conteúdos opinativos. E a maioria desses espaços comporta posicionamento majoritariamente contrário ao sistema de cotas raciais, por exemplo.
- Ainda destoando da tendência verificada em outros noticiários temáticos, é um jornal de circulação regional (*A Tarde* – BA) que vem liderando, em termos quantitativos, o debate sobre racismo, seguido por um diário de abrangência nacional (*O Estado de S.Paulo*).
- Há uma clara desvinculação entre as violências físicas praticadas contra a população negra e o debate sobre seu contexto primordial de produção – ou seja, a violência simbólica do racismo.

Esta última tendência constitui-se em uma das principais constatações da presente análise. Para dar uma ideia da dimensão do achado, dentre as 1.602 notícias que compõem a amostra analisada pela ANDI, apenas 3,30% citam homicídios/chacinas contra esse grupamento populacional (ver Tabela 88).

E pela extrema relevância dessa constatação, foi realizada uma análise adicional sobre as características dos espaços editoriais reservados ao noticiário sobre racismo (espaços de debate) e aqueles destinados ao registro de homicídios (espaços de operação automatizada do racismo).

O estudo complementar foi registrado em uma seção especial, dedicada à reflexão sobre a grave problemática da violência letal que atinge, principalmente, a população negra no Brasil.

SEÇÃO 3 – OS JORNAIS QUE LIDERAM A COBERTURA

Ao analisarmos a presença dos temas relacionados ao racismo nos jornais brasileiros, é possível identificar que os veículos de abrangência nacional (*Correio Braziliense*, *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo*, *O Globo* e *Valor Econômico*) costumam abrir maior espaço a essa discussão. A média encontrada na amostra de “Semana Composta” utilizada pela ANDI é de 99,4 textos publicados por jornal, enquanto nos diários regionais/locais foram identificadas 27,6 notícias, em média, por veículo.

TABELA 2
Quantidade de textos por categoria de veículo

VEÍCULOS	%	TEXTOS	JORNAIS	TEXTOS POR JORNAL
Regionais / locais*	69,0	1.105	40	27,6
Circulação nacional	31,0	497	5	99,4

*Aqui está inserida a categoria “Jornais Populares”.

- A tendência é confirmada pelas *Tabelas 3 e 4*, de frequência simples, com duas exceções significativas: o *Valor Econômico* (nacional), um dos que menos publicaram notícias sobre racismo, dentre os 45 veículos analisados (19 textos, correspondendo a 1,2% do total da amostra); e o jornal *A Tarde* (Salvador/BA), o que mais inseriu a temática em seu espaço editorial, com 210 textos coletados no período (13,1% do universo amostral).
- Significa dizer que, contrariando a tendência geral da cobertura, e diferentemente do verificado nas séries históricas da ANDI, é um veículo regional/local que vem puxando o debate sobre racismo no País, seguido por um meio de comunicação de alcance nacional: *O Estado de S.Paulo*, com 134 textos da amostra (ou 8,4% do total analisado). Isto fica claro ao se observar as citadas *Tabelas (3 e 4)*, que apresentam a listagem de cinco jornais de cada grupo, organizados, em ordem decrescente, por quantidade de textos publicados.

TABELA 3
Quantidade de textos por veículos regionais

VEÍCULOS REGIONAIS	TEXTOS	%
A Tarde/BA	210	13,1
Diário de Pernambuco/PE	74	4,6
Jornal do Brasil/RJ	57	3,6
A Gazeta/MT	53	3,3
A Gazeta/ES	53	3,3
TOTAL	447	31,1

TABELA 4
Quantidade de textos por veículos de circulação nacional

VEÍCULOS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL	TEXTOS	%
O Estado de S. Paulo	134	8,4
Correio Braziliense	116	7,2
Folha de S. Paulo	115	7,2
O Globo	113	7,1
Valor Econômico	19	1,2
TOTAL	497	31,1%

- Quando se compara o desempenho quantitativo entre as regiões (*Tabela 5*), verifica-se a liderança do Nordeste, responsável por 24,9% dos textos da amostra, seguido pelo Sudeste, com 17,4%. Em último lugar está a Região Norte, que responde por apenas 3,9% das notícias analisadas.

TABELA 5
Quantidade de textos por grupos de veículos regionais*

GRUPOS DE VEÍCULOS REGIONAIS	TEXTOS	%
Nordeste	399	24,9
Sudeste	278	17,4
Sul	223	13,8
Centro-Oeste	126	7,9
Norte	63	3,9
TOTAL	1.089	67,9

* Não inclui dados dos jornais populares, nem de circulação nacional (ver *Tabela 13*).

- Em termos de liderança de veículos por região, além dos jornais *A Tarde* (Nordeste) e *O Estado de S. Paulo* (Sudeste), encabeçam a cobertura sobre racismo, em termos quantitativos, em seus respectivos territórios: *Zero Hora/RS* (Sul), *A Gazeta/MT* (Centro-Oeste) e *O Liberal/PA* (Norte), conforme evidenciam as *Tabelas de 6 a 10*.

TABELA 6**Quantidade de textos em veículos da região Nordeste**

VEÍCULOS DO NORDESTE	TEXTOS	%
A Tarde/BA	210	13,1
Diário de Pernambuco/PE	74	4,6
Jornal do Commercio/PE	41	2,6
O Estado do Maranhão/MA	34	2,1
O Jornal/AL	11	0,7
Diário de Natal/RN	10	0,6
O Povo/CE	10	0,6
Primeira Edição/AL	6	0,4
Diário do Nordeste/CE	3	0,2
TOTAL	399	24,9

TABELA 7**Quantidade de textos em veículos da região Sudeste**

VEÍCULOS DO SUDESTE	TEXTOS	%
Jornal do Brasil/RJ	57	3,6
A Gazeta/ES	53	3,3
O Tempo/MG	43	2,7
Estado de Minas/MG	42	2,6
Hoje em Dia/MG (<i>on line</i>)	41	2,6
O Dia/RJ	21	1,3
Jornal da Tarde/SP	17	1,1
Brasil Econômico/SP	4	0,2
TOTAL	278	17,4

TABELA 8**Quantidade de textos em veículos da região Sul**

VEÍCULOS DO SUL	TEXTOS	%
Zero Hora/RS	44	2,7
A Notícia/SC	41	2,6
Correio do Povo/RS	36	2,2
Gazeta do Povo/PR	36	2,2
Folha de Londrina/PR	35	2,2
Diário Catarinense/SC	31	1,9
TOTAL	223	13,8

TABELA 9
Quantidade de textos em veículos da região Centro-Oeste

VEÍCULOS DO CENTRO-OESTE	TEXTOS	%
A Gazeta/MT	53	3,3
Jornal de Brasília/DF	43	2,7
O Popular/GO	25	1,6
Correio do Estado/MS (on line)	5	0,3
TOTAL	126	7,9

TABELA 10
Quantidade de textos em veículos da região Norte

VEÍCULOS DO NORTE	TEXTOS	%
O Liberal/PA	27	1,7
Diário do Amapá/AP	21	1,3
Jornal Página 20/AC	6	0,4
Jornal do Comercio/AM	5	0,3
A Crítica/AM (on line)	4	0,2
A Gazeta/AC (on line)	0	0,0
TOTAL	63	3,9

Jornais populares: baixo desempenho

Outra característica que chama a atenção nesse tipo de cobertura é o baixo desempenho quantitativo dos chamados “jornais populares” nos espaços editoriais em que se *debate* o racismo (Tabela 11): os sete veículos desta categoria que foram analisados respondem por apenas 1,0% do total de textos. O dado ganha maior relevância quando comparado ao alto desempenho quantitativo desse tipo de veículo nas seções em que se noticiam violências físicas – portanto, nos espaços de operação automatizada do racismo, como atestam outras pesquisas.¹²

TABELA 13
Quantidade de textos por categoria de veículo – desdobrada

GRUPOS DE VEÍCULOS	TEXTOS	%
Regionais	1.089	67,9
Nacionais	497	31,0
Populares	16	1,0
TOTAL	1.602	100

¹² ANDI, 2012.

- Os dados sobre o desempenho quantitativo dos jornais regionais revestem-se de significância quando se observa que a maioria dos textos não foi oriunda de simples reprodução de conteúdos distribuídos nacionalmente por agências noticiosas, como ocorre com grande parte dos assuntos de relevância nacional, tendo origem na produção dos profissionais dos veículos, como se pode observar pela *Tabela* abaixo.

TABELA 12
Responsáveis pelos textos

RESPONSÁVEIS PELOS TEXTOS	%
Repórter/ Redator/ Editor/ Colunista/ Articulista	41,0
Redação	6,6
Agência de notícias	5,3
Leitor	5,1
Reportagem local	4,4
Sucursal	0,6
Não foi possível identificar	37,0
TOTAL	100

TABELA 13
Quantidade de textos por categoria e região dos veículos

JORNAIS	%
CIRCULAÇÃO NACIONAL	31,0
O Estado de S. Paulo	8,4
Correio Braziliense - DF	7,2
Folha de S. Paulo	7,2
O Globo	7,1
Valor Econômico	1,2
*REGIONAIS	69,0
Nordeste	24,9
A Tarde - BA	13,1
Diário de Pernambuco - PE	4,6
Jornal do Commercio - PE	2,6
O Estado do Maranhão - MA	2,1
O Jornal - AL	0,7
Diário de Natal - RN	0,6
O Povo - CE	0,6
Primeira Edição - AL	0,4
Diário do Nordeste - CE	0,2
Sudeste	17,4
Jornal do Brasil - RJ	3,6

* Incluindo os jornais populares

Continua

Continuação da TABELA 13

JORNAIS	%
A Gazeta - ES	3,3
O Tempo - MG	2,7
Estado de Minas - MG	2,6
Hoje em Dia - MG (online)	2,6
O Dia - RJ	1,3
Jornal da Tarde - SP	1,1
Brasil Econômico - SP	0,2
Sul	13,8
Zero Hora - RS	2,7
A Notícia - SC	2,6
Correio do Povo - RS	2,2
Gazeta do Povo - PR	2,2
Folha de Londrina - PR	2,2
Diário Catarinense - SC	1,9
Centro-Oeste	7,9
A Gazeta - MT	3,3
Jornal de Brasília - DF	2,7
O Popular - GO	1,6
Correio do Estado-MS (online)	0,3
Norte	3,9
O Liberal - PA	1,7
Diário do Amapá - AP	1,3
Jornal Página 20 - AC	0,4
Jornal do Comercio - AM	0,3
A Crítica - AM (online)	0,2
A Gazeta - AC (online)	0,0
Populares	1,0
Aqui BH - MG	0,7
Aqui PE Online	0,1
Aqui DF	0,1
Extra - RJ	0,1
Agora São Paulo - SP	0,0
Meia Hora - RJ	0,0
Super Notícia - MG	0,0
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

Picos de cobertura

O estudo coordenado pela ANDI também permite identificar alguns picos na cobertura sobre racismo, notadamente, no primeiro semestre de 2007 e no segundo semestre de 2010 (ver *Gráfico 1*). O pico de 2007 pode ser explicado pelo debate em torno das cotas raciais, que voltou com força à cena midiática, alimentado por polêmicas, como as declarações da então ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, sobre as relações entre brancos e negros; e o caso de um estudante de pele clara, irmão gêmeo de um rapaz de tez escura, que teve a solicitação de vaga pelo sistema de cotas raciais recusada pela Universidade de Brasília (UnB).

Outros acontecimentos que contribuíram para motivar o debate sobre a temática nos meios de comunicação no referido ano foram a instituição da Agenda Social Quilombola (Decreto 6.261) e o atentado racista ocorrido no mês de março, na residência universitária da UnB, quando foi ateado fogo na porta do dormitório de estudantes africanos. O caso ganhou grande atenção das mídias nacional e internacional, e provocou discussões mais amplas sobre a problemática do racismo no Brasil.

O debate sobre ações afirmativas / cotas raciais se manteve, embora com menos intensidade, até 2009, quando o tema voltou a ganhar maior destaque, motivado por diferentes fatores: a aprovação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Planapir (Decreto 6872), em junho; a realização da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, também em junho; os embates no Supremo Tribunal Federal (STF), a partir de julho, quando o sistema de cotas da UnB foi alvo de uma Arguição de Descumprimento do Preceito Fundamental (ADPF 186), impetrada pelo partido Democratas (DEM); e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, pela Câmara dos Deputados, em setembro.

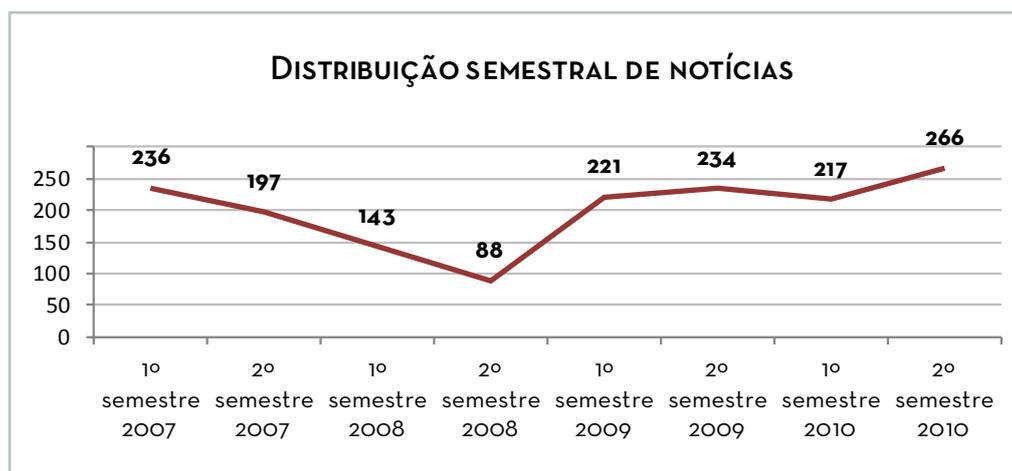
No primeiro semestre de 2010, o debate sobre cotas se manteve aceso em função do processo de mobilização para uma audiência pública no STF, em março, com o objetivo de embasar a decisão quanto à ADPF 186 que, se julgada procedente, inviabilizaria legalmente o sistema de cotas de todas as universidades que já o haviam adotado (a ADPF foi julgada improcedente, por unanimidade, pelos juízes do STF, em abril de 2012).

No segundo semestre de 2010, quando houve o maior pico de cobertura jornalística do período, as discussões sobre o assunto somaram-se às contendas em torno do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.228/2010), aprovado pelo Senado Federal em junho do referido ano, e sancionado pela Presidência da República no mês seguinte.

Enfim, a curva de distribuição semestral de notícias sobre racismo – suas motivações – evidencia a força do movimento em prol da igualdade racial, que, claramente, pautou os jornais no período analisado, a partir da construção e proposição de dispositivos de enfrentamento à violência simbólica do racismo.

É importante registrar, também, a contribuição de duas datas do calendário anual do Movimento Negro na manutenção do debate público sobre a temática – uma no primeiro semestre; outra, no segundo: o 13 de maio (fim oficial da escravatura no Brasil) e o 20 de novembro (morte do herói negro Zumbi dos Palmares, quando se celebra o Dia da Consciência Negra), efemérides que motivam reflexões sobre as condições socioeconômicas e culturais deste segmento populacional na atualidade.

GRÁFICO 1
Distribuição semestral de notícias



SEÇÃO 4 - ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DO DEBATE

Os dados coletados revelam que o debate sobre a questão racial costuma ser colocado a partir de referências nacionais. Ao analisarmos as localidades específicas mencionadas pelas notícias, 44,8% tratam de Brasil em geral e 31,8% de uma ou mais unidades da Federação.

Os estados mais mencionados por essas notícias são Bahia (22,4%), Distrito Federal (15,7%), São Paulo (14,9%), Rio de Janeiro (12,8%) e Rio Grande do Sul (10,1%). Vale lembrar que o Movimento Negro é forte nessas unidades da Federação, e que em todas elas há instituições de ensino superior que adotam políticas de cotas raciais, sendo que o DF é pioneiro na adoção do sistema, por meio da UnB.

Ao ampliarmos o olhar sobre as localidades geográficas mais apontadas nesses textos, é possível observar que o noticiário sobre a temática racial praticamente ignora a realidade de muitos estados das regiões Norte e Nordeste, o que confirma a tendência de concentração do debate sobre políticas sociais nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste:

- Conforme apontam os dados da *Tabela 14*, é quase inexistente (menos de 1%) a menção aos estados do Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins, assim como ao Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Ceará e Sergipe.
- Amapá, Alagoas e Goiás são um pouco mais mencionados, embora os percentuais ainda sejam baixos: em média, 2,5%.
- Pernambuco e Maranhão são citados em 6,7% e 6,3% das notícias analisadas. Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso, Espírito Santo e Pará são apontados em percentual um pouco menor – cerca de 4,1% dos textos.

TABELA 14

Unidade(s) da Federação mencionada(s) pelas matérias

UF MENCIONADA	%
Bahia	22,4
Distrito Federal	15,7
São Paulo	14,9
Rio de Janeiro	12,8
Rio Grande do Sul	10,1
Pernambuco	6,7
Maranhão	6,3

Continua

Continuação da TABELA 14

UF MENCIONADA	%
Paraná	4,6
Santa Catarina	4,4
Minas Gerais	4,2
Mato Grosso	4,0
Espírito Santo	4,0
Pará	3,8
Amapá	2,7
Alagoas	2,7
Goiás	2,1
Paraíba	0,8
Rio Grande do Norte	0,8
Mato Grosso do Sul	0,6
Piauí	0,6
Acre	0,4
Amazonas	0,4
Rondônia	0,4
Ceará	0,4
Sergipe	0,4
Roraima	0,2
Tocantins	0,0
TOTAL	-

Tabela válida apenas para as matérias que se concentram em uma ou mais unidades da federação (477). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Outra tendência registrada pelas séries históricas da ANDI e confirmada nesta pesquisa é a de priorizar os grandes centros urbanos no debate sobre políticas públicas, em detrimento de localidades mais periféricas e rurais, como apontam as Tabelas 15 e 16:

- Ao identificar geograficamente uma política/projeto/ação específica, o texto destaca especialmente as capitais (25,1%). Regiões metropolitanas são citadas em 3,8% das notícias e localidades do interior em 2,8%.
- Os números também mostram que os espaços urbanos são os mais referenciados na cobertura jornalística: 22,8% dos textos trazem esse recorte, enquanto áreas rurais são citadas em somente 2,7% das notícias.

TABELA 15
Localização geográfica I

ESPAÇOS GEOGRÁFICOS DOS PROJETOS/ POLÍTICAS / AÇÕES	%
Regiões metropolitanas	3,8
Capitais	25,1
Interior	2,8
Não foi possível identificar	68,4
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias que se concentram em uma localidade específica (1.504).

TABELA 16
Localização geográfica II

ESPAÇOS GEOGRÁFICOS DOS PROJETOS/ POLÍTICAS / AÇÕES	%
Espaço urbano	22,8
Espaço rural	2,7
Não foi possível identificar	74,5
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias que se concentram em uma localidade específica (1.504).

SEÇÃO 5 - O FOCO CENTRAL DAS NOTÍCIAS

Quando analisamos detalhadamente o foco central dos textos (ou seja, a temática majoritariamente tratada), os dados reafirmam o teor analítico das narrativas/ espaços jornalísticos sob investigação, ao expor a concentração do noticiário na discussão sobre os dispositivos de enfrentamento ao racismo (ações afirmativas/ cotas para ingresso em universidades) e em dados e reflexões sobre igualdade/ desigualdade de raça/ etnia.

A temática da violência ocupa a terceira posição neste *ranking* – mas com um percentual pequeno, que abarca violências físicas, verbais e de outras formas, uma vez que, como será demonstrado em seção específica, sob esse conceito foram classificadas matérias sobre violência racial em geral (ou seja, não necessariamente física). Resumindo, e de acordo com a *Tabela 17*:

- Ações afirmativas e cotas constituem o tema mais tratado pelos jornais na abordagem da questão racial, estando presente em 18,0% de todos os textos sobre o assunto.
- A pauta da igualdade/desigualdade de raça-etnia responde por 16,5% das notícias, trazendo dados e reflexões sobre a problemática do racismo. Importante frisar que esse tipo de conteúdo abriga reflexões gerais sobre o tema em foco, não se detendo em fatos específicos.
- A violência (ou violências) foi mencionada centralmente em apenas 9,3% dos textos que discutem a questão racial. Cabe lembrar que todo texto analisado deveria conter uma menção explícita ao universo do racismo. Casos de violência(s) que não fizeram menção específica à população negra não foram, portanto, contabilizados.
- Outras questões importantes, como comunidades quilombolas e acesso à terra (6,9%) e mercado de trabalho (6,2%) também mereceram menor atenção da cobertura.
- Apesar do evidente estímulo que datas comemorativas do calendário propiciam ao debate, apenas 3,7% dos textos fazem referência a efemérides, como o Dia da Consciência Negra - o que era de se esperar numa pesquisa de tendência, em que esse tipo de ocorrência é diluído. Mas o dado ganha relevância ao sugerir que o debate público sobre racismo extrapola celebrações ou mobilizações pontuais.
- Chama a atenção, ainda, a diminuta presença de temáticas como ensino de história da África (institucionalizado a partir da Lei

Um desafio

O estudo realizado pela ANDI - Comunicação e Direitos também buscou identificar se as notícias sobre racismo mencionam estratégias de desenvolvimento e de quais tipos. Os dados revelam que menos de 2,0% dos textos citam iniciativas nesse sentido, sejam elas de foco social, sustentável, econômico ou humano.

O levantamento também aponta que apenas 3,1% desse noticiário menciona direitos humanos, sugerindo haver ainda um desafio aos profissionais de imprensa em inserir esse viés na cobertura ou mesmo explicitar sua correlação com as temáticas abordadas.

10.639/2003), foco central em apenas 2,1% das notícias analisadas; saúde da população negra (1,6%) e relações entre raça / etnia e gênero (1,1%).

- Embora pequeno, o percentual de textos que tratam da relação entre mídia e racismo (2,4%) é digno de nota, uma vez que tal debate é, em geral, recusado pelos meios de comunicação de massa. Mas é importante registrar a tendência de determinadas mídias debaterem para fora de suas esferas de ação, como ilustrado no exemplo abaixo, pinçado da edição de 13/06/2007 do jornal *A Tarde* (Salvador/BA).

OS INVISÍVEIS DA TV

Sérgio Cardoso, um grande ator branco, foi severamente criticado pelo também grande ator, teatrólogo e colunista do jornal *Última Hora* Plínio Marcos, por ter interpretado um **negro** na novela *A cabana do pai Tomás*, exibida pela Rede Globo em 1979. Ele fez o Pai Tomás.

Plínio Marcos e a classe teatral consideraram um absurdo a entrega do papel a um branco, estando no elenco um ator **negro** do nível de Milton Gonçalves. Apelava-se, dessa forma, para a chamada &ldquo:black-face”, prática então em voga nos EUA, que consistia em pintar atores brancos para obter-se a falsa impressão de que os atores negros não estavam à altura de representar, visando-se agradar a uma platéia **racista** e segregacionista.

Esta introdução vem a propósito da pesquisa *Onde está o negro na TV pública?*, apresentada no Primeiro Fórum Nacional de TVs Públicas, no mês passado, em Brasília. Ela chama atenção para a “invisibilidade do negro na TV pública brasileira”, segundo o cineasta e consultor da Fundação Cultural Palmares (FCP), Joel Zito Aratijo.

A pesquisa da FCP constata que, de 8 a 15 de abril, apenas 0,9% da programação de três emissoras públicas de TV (TV Cultura, de São Paulo; Rede Brasil, do Rio de Janeiro; e TV Nacional/Radiobrás, de Brasília) foi dirigida à cultura **afro-brasileira**.

Mostra ainda que menos de 10% dos apresentadores desses canais são negros e apenas 5,5% dos jornalistas que atuam nas tevês públicas são de origem **afrodescendente**.

Tais números, tão desfavoráveis aos negros, levaram-me a uma outra pesquisa, do professor Carlos Antônio Costa Ribeiro, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), a qual, de acordo com o colunista da *Folha de S. Paulo* Elio Gaspari, jogou nova luz sobre velha encrência nacional: “Os negros não chegam ao andar de cima porque

são negros ou porque são pobres”. Esta pesquisa constata que até o patamar dos 12 anos de escolaridade prevalecem as desigualdades de classe. Daí para cima, pesa a barreira da cor: “A desigualdade de oportunidades está presente no topo da hierarquia de classe, mas não na base desta hierarquia. (...) A **discriminação** social ocorre principalmente quando posições sociais valorizadas estão em jogo”. Fica evidente, portanto, que o **preconceito** aparece, sobretudo, quando “o negro sai do seu lugar...”. Partindo de números oferecidos pelo IBGE, Costa Ribeiro observou seis patamares de escolaridade. Até o degrau da conclusão do ciclo médio, as pressões de classe são pelo menos seis vezes maiores que as de **raça**. Nos patamares superiores O julgamento da árvore PAULO ROBERTO LEANDRO Doutorando em cultura e sociedade pela Facom/Ufba e editor-coordenador de *A TARDE* Esporte Clube (cursar o primeiro ano de uma universidade, ou diplomar-se), essa relação muda, e o peso da origem de classe torna-se apenas 2,5 vezes maior que a da cor da pele. Trocando em miúdos: com o canudo da universidade na mão, quando a barreira de classe foi ultrapassada, o branco continua tendo três vezes mais chances que os demais de ascender profissionalmente.

Esta realidade, constatada pela pesquisa que quantifica a dificuldade encontrada pelo negro no plano da competição no mercado de trabalho, encontra-se também no processo de seleção dos quadros que formam a “elite” dos meios de comunicação, sobretudo na televisão pública.

Uma presença mais constante do negro na “telinha”, em posição de destaque, iria, obviamente, valorizá-lo, situando-o em um nível que certamente não vai ao encontro das expectativas de uma sociedade branca.

Ela deve conservar ainda, no subconsciente, a lembrança dos 400 anos de escravidão, quando o negro lhe era muito lucrativo e tratado como “bem

TABELA 17
Foco central do debate sobre a questão racial

TEMA	%
Ações afirmativas e cotas	18,0
Igualdade/desigualdade de raça/etnia (dados e reflexões)	16,5
Violência	9,3
Aspectos culturais	8,8
Comunidades quilombolas e acesso à terra	6,9
Mercado de trabalho	6,2
Políticas públicas	4,5
Práticas religiosas	4,3
Repercussão de eventos	4,1
Efemérides (ex. Dia da Consciência Negra)	3,7
Mídia e racismo	2,4
Ensino de História da África	2,1
Outros debates educacionais	3,7
Questões institucionais das autoridades da área	1,7
História e preservação do patrimônio cultural	1,6
Saúde da população negra	1,6
Relações entre raça/etnia e gênero	1,1
Outros	3,5
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

SEÇÃO 6 - COTAS DOMINAM AS NARRATIVAS

Conforme destacado na seção anterior, ações afirmativas e cotas constituem o tema mais tratado pelos jornais na abordagem da questão racial, estando presente em 18,0% (ver Tabela 17) de todos os textos da amostra. E o estudo realizado pela ANDI evidencia que a ampla maioria das notícias que enfocam esta questão está associada à educação superior: 96,3% (Tabela 18). Em outros termos, dentre as ações afirmativas e os sistemas de cotas existentes (cotas sociais, bônus e outros), o mais debatido nos jornais é o que se refere ao ingresso de negros e negras em unidades de ensino superior. Segundo o levantamento:

- As cotas em instituições de ensino superior representam 96,3% de todos os textos que mencionam cotas para educação, demonstrando que esta constitui uma das pautas principais da cobertura jornalística sobre racismo.
- Ainda no enfoque Educação, são discutidas, de maneira secundária, melhorias na qualidade de ensino: 19,9% desse grupo de notícias também enquadram essa questão.
- No entanto, permanecem praticamente fora da pauta desafios importantes na área, como a aplicação da Lei 10.639/2003 (que institui o ensino da história e cultura afro-brasileira) e a formação de professores – ambos mencionados em pouco mais de 2,5% desse conjunto de textos.

TABELA 18
Aspectos relacionados à educação discutidos pelas notícias

ASPECTOS EDUCACIONAIS	%
Cotas em instituições de ensino superior	96,3
Melhoria na qualidade de ensino	19,9
Formação de professores	2,6
Aplicação da Lei nº 10.639/2003 (ensino de história da África)	2,2
Diversidade no ambiente escolar	2,2
Racismo institucional – ambiente escolar	1,1
Ensino de religião e outros saberes de origem africana nas escolas	0,7
Formação de professores na temática racial/ étnica	0,7
Questões de ensino nas comunidades remanescentes de quilombolas	0,4
Seminários/ encontros sobre temática racial/ étnica	0,4
Violência nas escolas	0,0
Outros aspectos ²	5,2
TOTAL	-

Tabela válida apenas para as matérias que discutem cotas para educação (272). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Ampliando o olhar sobre o recorte das notícias que abordam cotas em instituições de ensino superior, é possível observar que a quase totalidade delas trata da reserva de vagas para esse grupamento. De acordo com os dados coletados (*Tabela 19*):

- 98,5% dos textos que debatem esse assunto específico referem-se à reserva de vagas propriamente dita.
- É mencionado apenas pontualmente o acréscimo de pontos no processo seletivo para ingressar na universidade (4,6%), e ainda, em menor medida, o acréscimo no número de vagas para incluir beneficiários (1,9%).

TABELA 19

Formas de seleção para acesso de negros(as) ao ensino superior citadas nos textos

FORMAS DE SELEÇÃO	%
Reserva de vagas (cotas propriamente ditas)	98,5
Acréscimo de pontos no processo seletivo	4,6
Acréscimo no número de vagas para incluir beneficiários	1,9
Sistemas mistos	0,0
TOTAL	-

Tabela válida apenas para as notícias que se referem especificamente ao sistema de cotas para ingresso em instituições de ensino superior (262). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Embora o ensino superior seja o mais mencionado (97,1%) nas notícias que discutem cotas para educação, também são citados (*Tabela 20*):

- O ensino médio (21,0%), o ensino fundamental (13,2%) e a educação básica (8,8%).
- Vale observar a baixa presença, nesse noticiário, de ações complementares à educação formal. É o caso de cursinhos e pré-vestibulares, mencionados em 4,8% desse grupo de textos, ou mesmo de atividades extracurriculares, completamente ignoradas nas notícias analisadas.

TABELA 20**Níveis de ensino mencionados**

NÍVEIS	%
Ensino superior	97,1
Ensino médio	21,0
Ensino fundamental (1º ao 9º ano)	13,2
Educação básica (ensino fundamental + ensino médio)	8,8
Pós-graduação	5,5
Cursinho e pré-vestibular	4,8
Ensino profissionalizante	4,8
Educação a distância	0,4
Educação infantil (creche + pré-escola)	0,4
Educação ou ação complementar à escola	0,0
Educação de jovens e adultos	0,0
Educação especial (pessoas com deficiências + superdotados)	0,0
Educação indígena	0,0
Não há um nível (ou modalidade) majoritariamente mencionado	0,8
TOTAL	-

Tabela válida apenas para as matérias que se referem a cotas para educação (272). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Ampliando o olhar sobre as ações afirmativas e o debate de cotas

Dentre as notícias que discutem cotas (*Tabela 21*), a ampla maioria (85,8%) aborda exclusivamente o contexto educacional. Lateralmente, são mencionadas:

- Ações afirmativas em geral (6,6%).
- Cotas para ingresso no mercado de trabalho (4,2%).
- Cotas para ingresso no serviço público (3,5%).
- É baixo, o percentual de notícias que ampliam a discussão de ações afirmativas para além de cotas (2,1%), assim como o debate sobre cotas na participação política (1,4%).

TABELA 21**Ações afirmativas fora do contexto educacional**

AÇÕES	%
Refere-se exclusivamente ao contexto educacional	85,8
Ação afirmativa em geral	6,6
Cotas para ingresso no mercado de trabalho	4,2
Cotas para ingresso no serviço público	3,5
Ação afirmativa que não se vale de cotas	2,1
Cotas para a participação política	1,4
Outras cotas	0,3
TOTAL	-

Tabela válida apenas para as matérias com foco em ações afirmativas e cotas (288). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Os dados coletados revelam ainda que, ao discutir o tema das cotas para a população negra (*Tabela 22*), muitos jornalistas relacionam a discussão à reserva de vagas para outros grupos específicos, tais como:

- Egressos de escolas públicas (35,8%).
- Indígenas (26,4%).
- Pessoas com deficiência (8,3%).
- Importante observar que dentro da opção “outros extratos da população” (20,5%) estão incluídos, basicamente, os pobres / população de baixa renda.

TABELA 22

Menção a outros beneficiários nos textos sobre cotas para negros(as)

OUTROS BENEFICIÁRIOS	%
Egressos de escolas públicas	35,8
Indígenas	26,4
Pessoas com deficiência	8,3
Filhos de policiais/ bombeiros mortos em serviço	2,1
Nativos da UF	1,0
Mulheres	1,0
Professores da rede pública	0,7
Reforma agrária	0,0
Outros extratos da população	20,5
Não menciona	48,3
TOTAL	-

Tabela válida apenas para as matérias com foco em ações afirmativas e cotas (288). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Segundo o levantamento, ao discutir este tema específico, o conteúdo da notícia traz, de modo equilibrado, avaliações favoráveis e contrárias às cotas raciais (*Tabela 23*). De acordo com os dados coletados:

- Argumentos favoráveis são encontrados em 27,1% desse conjunto de textos, além de outros 5,6% que, apesar de incluírem argumentos contrários, demonstram uma clara tendência à defesa das cotas.
- Argumentos contrários estão presentes em 21,6% das notícias, além de outros 9,4% que, apesar de incluírem posicionamentos favoráveis, destacam clara crítica à política de cotas raciais.

- Vale observar que parte considerável desse noticiário (28,8%) não emite opiniões sobre o tema, limitando-se a descrevê-lo.

TABELA 23**Posicionamento em relação às cotas raciais**

AVALIAÇÃO GERAL	%
Favorável	27,1
Contrário	21,5
Favorável e contrário, mas com um claro peso dedicado à primeira opção	5,6
Contrário favorável, mas com um claro peso dedicado à primeira opção	9,4
Equilibrado: favorável e contrário na mesma proporção	7,6
Não emite opiniões sobre o tema, limitando-se a descrevê-lo	28,8
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com foco em ações afirmativas e cotas (288).

Ao investigarmos os argumentos favoráveis apresentados nessa cobertura jornalística (*Tabela 24*), é possível perceber que:

- A defesa da justiça social, ou seja, o combate às desigualdades que se perpetuam, é o principal argumento de quem defende as cotas raciais, estando presente em 19,8% desse grupo de textos.
- A reparação por violações e desigualdades passadas também está entre as posições defendidas: 13,9% desses textos trazem tal colocação.
- A defesa de que no Brasil vivemos o mito da igualdade racial é abordada em 10,1% dessas notícias.
- Também é lembrado que as cotas não interferem na qualidade do ensino, e que alunos cotistas apresentam bom desempenho (8,3%).
- São ainda identificados posicionamentos mais vinculados a aspectos dos direitos à diversidade e à igualdade: 5,2% dessas notícias defendem que tratar desiguais de maneira igual contribuiria para perpetuar diferenças, e 4,9% defendem que políticas nesse sentido contribuem para ampliar a presença do negro em espaços de representação.
- É importante notar que nenhuma das matérias analisadas mencionou a necessidade de que haja incentivos para os cotistas que ingressam nesse tipo de programa.

TABELA 24**Argumentos favoráveis à implementação de cotas raciais**

ARGUMENTOS FAVORÁVEIS	%
Justiça social: combate às desigualdades que se perpetuam	19,8
Reparação por violações e desigualdades passadas	13,9
Há racismo no Brasil/ democracia racial é um mito	10,1
Cotas não interferem na qualidade do ensino/ cotistas apresentam bom desempenho	8,3
Tratar desiguais de forma igual seria perpetuar as diferenças	5,2
Diversidade: negros passam a estar mais representados/ em maior número	4,9
Ação afirmativa é direito fundamental	2,8
Programas de cotas são eficientes quando acompanhados de incentivos para a permanência do cotista	0,0
Não menciona estes argumentos	57,3
TOTAL	-

Tabela válida apenas para as matérias com foco em ações afirmativas e cotas (288). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Quando analisados os posicionamentos contrários à adoção de cotas raciais, nota-se que o noticiário defende argumentos que vão desde um suposto agravamento do racismo, passando pela defesa de que as cotas devem ter viés econômico-social, ou mesmo de que a adoção de tais políticas violaria direitos perante a legislação brasileira. De acordo com o levantamento (*Tabela 25*):

- 21,9% desse grupo de textos argumentam que a adoção de cotas geraria a “racialização” da sociedade brasileira, ampliando conflitos e promovendo o racismo.
- A defesa de que cotas podem beneficiar negros ricos e prejudicar brancos pobres – e de que, portanto, ações afirmativas devem ser focadas no combate às desigualdades sociais – é apresentada em 17,4% desse noticiário.
- A criação de privilégios a partir da instituição de cotas e a violação do princípio da igualdade perante a lei são citados em 16,7% desse recorte amostral.
- A defesa de que a melhoria da educação como um todo é a estratégia mais adequada para corrigir eventuais desigualdades é apresentada em 13,5% dessas notícias.
- Presente também no conjunto de argumentos favoráveis às cotas, o debate sobre o desempenho dos estudantes cotistas é colocado em 5,6% desse conjunto de textos. Nesse caso, a defesa é de que haveria diminuição da qualidade do ensino.

- Críticas aos critérios adotados para a seleção dos cotistas e também a defesa de que raças não existem cientificamente podem ser encontradas em 5,2% dos textos analisados nesse quesito.

TABELA 25
Argumentos contrários à implementação de cotas raciais

ARGUMENTOS CONTRÁRIOS	%
“Racialização” da sociedade brasileira/ aumento do conflito/ promovem o racismo	21,9
Ações afirmativas devem ser focadas no combate às desigualdades sociais/ cotas podem beneficiar negros ricos e prejudicar brancos pobres	17,4
Violação da igualdade perante a lei/ criação de privilégios	16,7
O mais correto seria melhorar a educação como um todo	13,5
Desvalorização do mérito	8,0
Miscigenação impossibilita separar pessoas com base na raça	5,9
Diminuição da qualidade da educação/ cotistas podem não ter desempenho suficiente	5,6
Crítica aos procedimentos/ critérios adotados para a seleção	5,2
Raças não existem cientificamente	5,2
Argumentos históricos para defender que a reparação não se justifica (Ex.: reinos africanos também participavam do tráfico de escravos)	2,1
Não menciona esses argumentos	48,6
TOTAL	-

Tabela válida apenas para as matérias com foco em ações afirmativas e cotas (288). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

SEÇÃO 7 - OUTRAS TEMÁTICAS ABORDADAS

Conforme destacado, a educação – em especial, a política de cotas para ingresso em instituições do ensino superior – constitui o principal tema do noticiário sobre a questão racial publicado pela imprensa escrita brasileira sob análise.

O levantamento realizado pela ANDI aponta, no entanto, outras temáticas abordadas por essa cobertura jornalística (tais como comunidades quilombolas, mercado de trabalho, manifestações culturais e religiosas), além de identificar lacunas importantes, como o debate sobre saúde da população negra, violência (física) e relações entre raça/etnia e gênero. Confira detalhes:

QUILOMBOLAS – O levantamento aponta que 6,9% do total de notícias analisadas (ou 110 dos 1.602 textos da amostra) trazem como enfoque central a questão agrária e as comunidades quilombolas (*Tabela 26*). Dentro deste universo, os tópicos mais abordados são:

- A regularização fundiária (24,5%) e o processo administrativo para reconhecimento das terras (17,3%).
- A violência relacionada à questão agrária/conflitos com latifundiários (10,9%) e o Decreto 4887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (10,0%).
- A hierarquia noticiosa faz jus à prioridade que as temáticas relacionadas a esse grupamento vulnerável da população têm no debate público.

TABELA 26

Temáticas abordadas nos textos sobre questão agrária e comunidades quilombolas

TEMA – QUILOMBOLAS	%
Regularização fundiária	24,5
Processo administrativo para reconhecimento das terras	17,3
Violência envolvendo questão agrária/conflitos com latifundiários	10,9
Decreto de reconhecimento	10,0
Relatório técnico: critérios para reconhecimento	4,5
Desenvolvimento sustentável de comunidades já reconhecidas	4,5
Assistência jurídica	2,7
Indenizações das terras	0,9
Registro/ sub-registro de cidadãos	0,0
Outros aspectos	24,5
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com foco nas comunidades quilombolas e acesso a terra (110).

Quando analisados os argumentos apresentados pela imprensa ao discutir o reconhecimento de tais comunidades (*Tabela 27*), é possível perceber a prevalência na apresentação de opiniões somente favoráveis à medida (24,5%). Argumentos somente contrários estão presentes em 6,4% dessa parcela do noticiário. O levantamento evidencia, ainda, que:

- Quando colocados argumentos favoráveis e contrários no mesmo texto, a tendência se inverte: 9,1% dessas notícias trazem as duas opiniões, mas com um claro peso dedicado à primeira opção; e 15,5% trazem os dois conjuntos de argumentos, mas com uma clara predominância do posicionamento contrário.
- Vale observar também que 31,8% dos jornalistas que cobriram o assunto limitaram-se a descrever a questão, sem emitir opinião – positiva ou negativa.

TABELA 27

Avaliação sobre o reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos

POSICIONAMENTO	%
Favorável	24,5
Contrário	6,4
Favorável e contrário, mas com um claro peso dedicado à primeira opção	9,1
Contrário e favorável, mas com um claro peso dedicado à primeira opção	15,5
Equilibrado: favorável e contrário na mesma proporção	1,8
Não emite opiniões sobre o tema, limitando-se a descrevê-lo	31,8
Não foi possível identificar	10,9
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com foco nas comunidades quilombolas e acesso a terra (110).

MERCADO DE TRABALHO – Questões referentes a mercado de trabalho estiveram presentes em 6,2% do noticiário sobre racismo analisado. Segundo o levantamento, ao focar o tema, a maior parte das notícias discute ações para igualdade de condições nesse setor (21,2%), como demonstrado na *Tabela 28*.

- Também é citada a questão da discriminação de raça no ambiente de trabalho – aspecto abordado em 16,2% desse noticiário específico.
- Permanecem praticamente fora do debate questões como cotas para afro-brasileiros no setor público (2,0%), estímulo a empresários desse grupo populacional (1,0%) e critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros em espaços valorizados de trabalho (1,0%).

TABELA 28**Temáticas abordadas no noticiário focado em mercado de trabalho**

TEMAS	%
Ações para igualdade de condições no mercado de trabalho	21,2
Discriminação de raça no ambiente de trabalho	16,2
Contratação de afro-brasileiros no setor público (cotas)	2,0
Estímulo a empresários afro-brasileiros	1,0
Critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros	1,0
Políticas de formação profissional	0,0
Acesso ao crédito para a pequena produção, nos meios rural e urbano	0,0
Outros aspectos	58,6
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com foco no mercado de trabalho (99).

A análise demonstra ainda que alguns indicadores do quadro social que evidenciam a permanência da população negra em posições socioeconômicas desfavoráveis em relação ao contingente não-negro são praticamente ignorados no debate sobre racismo travado nos meios de comunicação sob análise. Em relação ao mercado de trabalho, por exemplo, os dados coletados (*Tabela 29*) apontam que:

- A maioria dos textos com este foco não associa negros a um cargo ou função específicos (44,4%).
- Nas ocasiões em que tais referências ocorrem são citados praticamente em igual medida o trabalhador doméstico (11,1%) e funcionários em posições de chefia (10,1%), embora pesquisas apontem a prevalência do negro em postos menos qualificados de trabalho, e exponham uma perspectiva relevante para o debate sobre racismo: os negros desempregados têm, em média, mais tempo de estudo que os negros empregados – o que não acontece entre os brancos.¹³
- Apesar de exceções, como a do exemplo reproduzido em seguida (extraído do jornal *A Tarde* de 19/11/2009), o dado da pesquisa conduzida pela ANDI sugere que mesmo dentro do espaço qualificado do debate, o assunto ainda é tratado pela imprensa a partir de histórias pontuais de negros que conseguiram fugir às estatísticas.

¹³ IBGE, 2004.

Presença de negros em cargo de comando é pequena

Comisso, ainda é baixa a presença de **negros** em cargos de comando na Região Metropolitana de Salvador. Apenas 9,1% dos **afrodescendentes** ocupam cargos de gerência, direção e planejamento, índice semelhante ao de 2004. Já entre os brancos, este índice cresceu de 27,2% para 28,4%. A maior parte dos **afrodescendentes** está concentrada em tarefas de execução (55,3%) e tarefas de apoio (21,4%).

Além da diferença quantitativa, também é desigual o nível salarial entre **negros** e brancos que ocupam cargo de chefia. O salário de um negro que atua em gerência, direção ou planejamento representa 68,3% do salário de um branco que atua na mesma função.

O nível educacional do trabalhador também é um

fator determinante para a empregabilidade e o rendimento salarial.

Mesmo com a adoção da política de cotas em algumas universidades e concursos públicos para **afrodescendentes**, este índice ainda segue num patamar considerado baixo. "O cenário é de desigualdade, é estrutural, e mudanças significativas só serão possíveis num curto prazo por meio de uma maior ênfase nas políticas afirmativas", avalia Frederico Fernandes, analista da Pesquisa Emprego e Desemprego.

O baixo nível educacional - além da própria herança cultural - também define a maior ou menor presença em determinados segmentos da economia.

TABELA 29

Cargos ou funções relacionados à população negra

CARGOS/FUNÇÕES	%
Trabalhador doméstico	11,1
Chefia (ou cargo mais importante do órgão/ empresa)	10,1
Profissional liberal (jornalistas, dentistas, médicos etc.)	4,0
Funções técnicas e administrativas (boy, auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais etc.)	4,0
Cargo executivo ou de supervisão	3,0
Autônomo	2,0
Cargos técnicos	1,0
Operário (mecânicos, carpinteiros, eletricitas, vidraceiros, ceramistas, operadores de máquinas)	1,0
Cargos de assistentes	0,0
Trabalhador braçal (carregadores, pedreiros, estivadores)	0,0
Trabalhador rural	0,0
Voluntário	0,0
Outro cargo/ função	16,2
Não foi possível identificar	8,1
Não há negros associados a um cargo ou função específica	44,4
TOTAL	-

Tabela válida apenas para as matérias com foco no mercado de trabalho (99). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Nota-se também que menos da metade dos textos (47,5%) sobre mercado de trabalho menciona a questão da igualdade/desigualdade salarial entre negros e outras populações (Tabela 30). Considerando-se que o noticiário é centrado no debate sobre racismo, e que as desigualdades entre os dois grupos populacionais em relação ao mercado de trabalho é atestada por números

oficiais (IBGE, 2004), o dado aponta para uma distorção noticiosa significativa.¹⁴ E mais:

- O índice é similar ao encontrado nas notícias que mencionam ou mesmo comparam a taxa de emprego e desemprego entre negros e outras populações: 42,4% desse grupo de textos abordam esse aspecto – o que também aponta para uma lacuna significativa no noticiário (*Tabela 31*).

TABELA 30

Menção a igualdade/desigualdade salarial entre negros e outras populações

MENCIONA IGUALDADE SALARIAL	%
Sim	47,5
Não	52,5
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com foco no mercado de trabalho (99).

TABELA 31

Menção/comparação de taxa de emprego e desemprego entre negros e outras populações

COMPARA TAXA DE EMPREGO	%
Sim	42,4
Não	57,6
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com foco no mercado de trabalho (99).

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E RELIGIOSAS – Em relação às manifestações culturais e religiosas da população negra, que correspondem a 14,7%¹⁵ do noticiário analisado, ou 235 do total de 1.602 textos da amostra (*Tabela 32*), os dados apontam que:

- A maior parte dessas narrativas (36,2%) enfoca manifestações específicas, tais como música, teatro, dança etc.
- São citados em menor medida movimentos culturais associados à cultura negra (7,7%), a celebração de personalidades negras (6,0%) e datas comemorativas relacionadas às manifestações culturais de matriz africana (6,0%).

¹⁴ IDEM.

¹⁵ Correspondente ao somatório dos percentuais dos tópicos “Aspectos culturais” (8,80%), “Práticas religiosas” (4,30%) e “História e preservação do patrimônio cultural” (1,60%) da referida tabela.

TABELA 32**Assuntos centralmente abordados nos textos focados em manifestações culturais**

ABORDAGEM	%
Menciona manifestações culturais específicas (música, teatro, danças, etc.)	36,2
Menciona movimentos culturais associados à cultura negra (ex. hip hop, funk)	7,7
Celebração de personalidades negras	6,0
Datas comemorativas relacionadas às manifestações culturais de matriz africana	6,0
Outras efemérides	2,6
Dia Nacional do Samba	0,4
Registro, proteção e prática da capoeira	0,4
Não menciona estes aspectos	40,9
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com foco em aspectos culturais, história e preservação do patrimônio cultural ou práticas religiosas (235).

No que se refere a questões de ordem religiosa, os dados noticiosos (*Tabela 33*) traduzem a prática racista da esfera social em relação à identidade negra, ao apontar que, dentre as matérias que fazem referência a esse aspecto:

- Destaca-se o debate sobre intolerância religiosa e conflitos relacionados – citados em 13,2% desse conjunto de textos.
- Festividades e cerimônias são abordadas em 7,2% dessa cobertura.
- A prática de cultos, em 5,5%.

TABELA 33**Assuntos centralmente abordados nos textos focados em manifestações religiosas**

ABORDAGEM	%
Intolerância religiosa/ conflitos	13,2
Festividades e cerimônias	7,2
Prática de cultos	5,5
Publicações relacionadas ao exercício da religiosidade	3,4
Liberdade de crença	3,0
Aquisição de artigos e materiais adequados aos costumes	0,9
Manutenção de instituições beneficentes	0,4
Coleta de contribuições financeiras para a manutenção das atividades	0,0
Não menciona estes aspectos	66,4
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com foco em aspectos culturais, história e preservação do patrimônio cultural ou práticas religiosas (235).

SEÇÃO 8 - A DISCUSSÃO SOBRE RACISMO

Dentre as palavras-chave selecionadas para a captura de textos para a análise do noticiário sobre racismo, está a relacionada ao próprio conceito – ou seja, o termo “racismo”. E o levantamento confirma a característica desse tipo de noticiário, centrado mais no debate sobre a problemática (portanto, com matérias contextualizadas, fazendo uso de recursos editoriais importantes, como estatísticas e legislação) do que no registro de ocorrências pontuais / individuais. Diz o levantamento (*Tabelas 34 e 35*) que:

- A discussão sobre racismo ou algum outro aspecto de igualdade/ desigualdade entre negros e outros grupos populacionais está presente em 60,7% de todo o noticiário analisado.
- A maior parte desse conjunto específico de textos trata de um debate mais geral sobre aspectos da igualdade/desigualdade racial (76,8%).
- Casos individuais de racismo são apontados em 10,6% desse recorte amostral e polêmicas em torno do tema em 10,4%.
- Importante ressaltar que as “polêmicas” em torno das cotas raciais e do Estatuto da Igualdade Racial não estão incluídas nesta categoria.

TABELA 34

Debate sobre racismo ou igualdade/desigualdade entre negros e outras populações

DISCUTE RACISMO?	%
Sim	60,7
Não	39,3
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

TABELA 35

Abordagem dos textos que mencionam racismo

ABORDAGEM	%
Debate geral sobre desigualdade / igualdade racial	76,8
Polêmicas em torno do tema (ex.: caso Monteiro Lobato)	10,4
Casos individuais / específicos de racismo	10,6
Não foi possível identificar	2,3
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias que mencionam racismo (973).

A análise investigou ainda se os textos registravam o conceito de racismo (*Tabela 36*), e o resultado foi determinante, ao demonstrar que em 41,3% da cobertura analisada, as narrativas admitem, negam, apresentam controvérsias ou usam o termo sem questionar sua existência, nas seguintes proporções:

- A ampla maioria das matérias (35,1%) admite a existência da prática, sendo quase nula a presença de narrativas negando o fenômeno (0,1%).

- 1,20% das notícias apresentam controvérsias sobre o tema, e 4,8% utilizam o conceito de racismo sem questionar sua existência.
- Mas é significativo o percentual de textos que, discutindo racismo, não menciona o conceito (58,70%), sugerindo que a maioria das narrativas versa sobre mecanismos de combate ao racismo, como cotas e leis, mas afasta-se do debate histórico, filosófico, sociológico e antropológico sobre o fenômeno.

TABELA 36**Modo de apresentação do conceito de racismo**

TRATAMENTO EDITORIAL	%
Admite a existência do racismo	35,1
Nega a existência do racismo	0,1
Apresenta controvérsias sobre o tema	1,2
Utiliza o conceito de racismo sem questionar sua existência	4,8
Não menciona o conceito	58,7
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

Nas notícias em que foi possível identificar o *locus* onde se manifesta o preconceito, ou a que práticas a discriminação está vinculada (*Tabela 37*), são citados, dentre outros, o ambiente de trabalho (3,3%), práticas religiosas (2,6%), padrões de beleza (2,1%), polícia (2,0%), ambiente escolar/educação (2,0%), ambientes públicos como restaurantes, hotéis e elevadores (1,9%), outros serviços públicos (1,3%) e atendimento à saúde (1,2%).

O número elevado de matérias que não trazem esse tipo de informação (77,7%) guarda coerência com o teor do debate sobre racismo, travado menos a partir da narração de ocorrências, ou seja, do diagnóstico, e mais da busca de soluções, a partir da análise dos mecanismos de enfrentamento à problemática – como o sistema de cotas raciais e o marco legal.

O exame mais acurado do conteúdo dos textos analisados confirma o caráter geral dos debates, a partir do predomínio de expressões como “suprir as desigualdades socioeconômicas”, “superar as consequências de fatos históricos como a escravidão e o racismo”, “resgatar a contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira”, “atender aos anseios dos movimentos negros”, “garantir igualdade de oportunidades para os negros”, “resguardar os direitos étnico-raciais da população negra” e “formular estratégias para aumentar a representação dos negros na sociedade”, dentre outras.

O índice de 2,0% relativos à discriminação no ambiente escolar/educação também aponta na direção do teor do debate. Considerando-se que o noticiário sobre

racismo aqui analisado está em boa parte centrado no sistema de cotas para o ingresso no ensino superior, era de se supor um registro maior de ocorrências nesse *locus*. Entretanto, como já frisado, o debate nesses espaços se dá menos a partir de ocorrências e mais de uma perspectiva contextual e histórica.

O texto abaixo, pinçado do conjunto em foco, ilustra o teor das discussões sobre as manifestações de preconceito, de discriminação, de intolerância, de racismo – neste caso específico, de racismo institucional na área da saúde.

Tratamento é desigual na saúde

NACIONAL

Brasília-AE
Levantamentos da organização não-governamental (ONG) Criola, feitos com base em dados do Ministério da Saúde, revelam que **negros** e brancos ainda são tratados de forma desigual no sistema público de saúde brasileiro. As chances de crianças pretas e pardas com menos de 1 ano de idade morrerem de doenças infecciosas e parasitárias são 44% maiores do que entre as brancas. No caso específico da tuberculose, o risco é 68% superior ao dos não-**negros**. Também nos registros de morte materna, o risco para mães pretas e pardas chega a ser 41% maior.

Segundo Thiago Ansel, representante da ONG, o Ministério da Saúde, em 2006, já havia reconhecido a presença do **racismo** no atendimento a negros no Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo ele, ao mesmo tempo em que aprovava a Política Nacional de Saúde da População Negra, o então ministro da Saúde, Agenor Álvares, chegou a afirmar que a **discriminação** no país se concretiza em problemas como diagnósticos incompletos e exames que não são rea-

lizados em pretos e pardos.

"É importante mencionar que o **racismo** é estruturante na sociedade em que vivemos. O próprio olhar das pessoas é perpassado por essa marca. No Brasil, é de costume que o **racismo** seja tratado como um conjunto de fatos isolados que ocorrem de forma esporádica, sendo consensualmente considerados execráveis. **Racismo** não é só episódico, não é somente a ofensa ou o olhar torto. O atendimento no sistema de saúde pública brasileiro é um exemplo emblemático, pois mostra uma das piores faces da discriminação **racial**: a morte de negros e negras", destaca Ansel.

Em seu site na internet, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade **Racial** (Seppir) classifica como chocantes os contrastes entre os indicadores de saúde de negros e brancos e observa que, ainda com uma avançada legislação, o SUS não é capaz de garantir a toda a população brasileira a mesma qualidade na atenção à saúde.

Exemplo extraído da seção “Nacional” de *A Gazeta* (MT) de 20/11/2008.

TABELA 37

Locus/práticas de manifestações de racismo ou discriminação/preconceito

LOCUS/PRÁTICAS	%
Ambiente de trabalho	3,3
Prática religiosa	2,6
Padrões de beleza	2,1
Polícia	2,0
Ambiente escolar e educação	2,0
Outros ambientes públicos (restaurantes, bares, hotéis, elevadores, etc.)	1,9
Outros serviços públicos	1,3
Atendimento de saúde	1,2
Esporte	0,8
Judiciário	0,6
Ação de grupos extremistas	0,4
Internet	0,4
Outras formas	3,9
Não foi possível identificar	77,7
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

Nas notícias (*Tabela 38*) em que foi possível identificar casos de racismo que se manifestavam em formas de violência física e verbal (12,3% dos textos analisados), a maior parte aponta a violência física (7,4%), seguida pela violência verbal (4,9%).

Assim como na questão anterior, o alto índice de não identificação está relacionado ao conteúdo do debate sobre o tema, menos factual e mais centrado em questões estruturantes, como o sistema de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial – mesmo quando motivado por ocorrências policiais, como o caso dos estudantes africanos da UnB.

Parte das notícias que tocam central ou lateralmente no tema da violência não relata um caso específico (4,8%), e está geralmente focada em debates e reflexões sobre a segurança pública e a violência, a apresentação de dados e a repercussão de estudos, ações e políticas públicas de segurança.

TABELA 38

FORMAS DE VIOLÊNCIA DOS CASOS RELATADOS DE RACISMO

FORMAS DE VIOLÊNCIA	%
Violência física	7,4
Violência verbal (ex.: jogador de futebol agredido verbalmente em campo)	4,9
Menciona o tema da violência sem identificar uma manifestação de racismo específica	4,8
Não menciona violência	83,0
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

O estudo também buscou investigar qual o encaminhamento adotado pela vítima da discriminação (*Tabela 39*). Dentre as notícias que mencionam casos individuais de racismo, 60,2% não relatam a procura da vítima por apoio. O percentual é maior do que a referência de denúncia feita à Polícia (23,3%) – o que pode reforçar a ideia de que essa é uma prática contra a qual não é importante a adoção de medidas severas. Além da Polícia, pontualmente são citados:

- Ministério Público (2,9%), família (1,9%), educadores e disque-racismo (ambos com 1,0%).
- Relevante observar a ausência de referência a outros setores/poderes/mecanismos, como as corregedorias de Polícia e as ouvidorias da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Nacional dos Direitos Humanos – o que sinaliza para o desconhecimento sobre estes sistemas de proteção.

TABELA 39

Pessoas/instituições majoritariamente procuradas pelas vítimas de racismo

A QUEM A VÍTIMA RECORRE	TEXTOS	%
Polícia	24	23,3
Ministério Público	3	2,9
Família	2	1,9
Educadores, professores e inspetores de alunos	1	1,0
Disque Racismo	1	1,0
Amigos	0	0,0
Vizinhos	0	0,0
Colegas de classe ou de trabalho (para o caso daqueles que já trabalham)	0	0,0
Disque denúncia	0	0,0
Ouvidoria da Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial)	0	0,0
Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos	0	0,0
Corregedoria da Polícia	0	0,0
Outro	10	9,7
A matéria não relata uma procura da vítima por apoio	62	60,2
TOTAL	103	100

Tabela válida apenas para as matérias com foco em casos individuais (103).

Apesar de não serem ignorados, aspectos como impunidade ou dificuldade de registrar, julgar ou punir o autor do ato de racismo são pouco abordados no noticiário (Tabela 40), tomado pelo debate geral sobre o sistema de cotas raciais e o marco legal: apenas 0,4% dos textos analisados tratam dessa dificuldade. A diversidade de interpretação jurídica sobre o assunto está entre os empecilhos, como ilustra o texto a seguir, pinçado da *Folha de S.Paulo* de 14/12/2009.

Acusados de racismo são soltos após 12 h

RIBEIRÃO



Os estudantes de medicina acusados de racismo e de bater em um homem de 55 quando saíram do trabalho são detidos em 21/12

lários mínimos, o equivalente a R\$ 5.580. Eles passaram cerca de 12 horas detidos em dois DPs e vão responder ao processo em liberdade.

Segundo Monte Serrat, a decisão foi baseada em um acordo do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que, ao analisar um caso semelhante ao ocorrido em Ribeirão, entendeu que os acusados cometeram crime de injúria qualificada, por causa da conotação **racista**. Esse crime, ao contrário do de **racismo**, é **afiançável**.

Ao ser comunicado pela *Folha* da decisão da Justiça, Garcia, que afirma ser **negro**, se disse "revoltado". "É muito triste isso. Quer dizer que a lei só existe no papel? Só porque eles têm dinheiro eles não ficam presos?" A suposta vítima disse, porém, que não pretende processar os jovens.

Por causa da força da pancada em suas costas, Garcia conta que se desequilibrou da bicicleta, caiu no chão e machucou a coxa. Segundo ele e o delegado Mauro Coraucci, os estudantes vibraram após a agressão, gritaram "ô, nego", e saíram cantando os pneus do carro. Os advogados dos três estudantes negaram a ofensa.

Os três rapazes viajaram com os pais para suas casas em Campinas, em Goiânia e no Pará. A *Folha* não conseguiu conversar com familiares ontem.

O advogado Mancini afirmou que vai tentar localizar e identificar o vigilante que, ao flagrar a cena, perseguiu e deteve os universitários sob ameaça de uma arma. Um dos estudantes foi agredido com socos e segurado pela gola da camisa, de acordo com o advogado Rocha.

Os 3 estudantes de medicina detidos pagaram fiança de R\$ 5.580 cada um e devem responder o processo em liberdade

De acordo com a Polícia Civil, jovens bateram um tapete nas costas de um auxiliar de serviços gerais de 55 anos e gritaram "ô, nego"

VERIDIANA RIBEIRO DA FOLHA RIBEIRÃO

Os três estudantes de medicina presos em flagrante anteontem à tarde em Ribeirão **Preto** acusados de **racismo** foram soltos 12 horas depois de detidos. O juiz Ricardo Braga Monte Serrat aceitou o pedido de liberdade provisória apresentado pelos advogados Hélio Rocha e Carlos Mancini.

Emílio Pechulo Ederson, 20, Felipe Giron Trevizani, 21, e Abrahão Afíune Júnior, 19, que estão no segundo ano do curso no Centro Universitário Barão de Mauá, em Ribeirão, foram flagrados por um frentista de posto e por dois vigilantes batendo com o tapete do carro nas costas de Geraldo Garcia, 55. A vítima, que é auxiliar de serviços gerais no COC, ia de bicicleta para o trabalho, por volta das 6h de anteontem.

Os universitários foram liberados anteontem à noite do 2º DP (Distrito Policial), onde estavam detidos, após pagarem fiança individual no valor de 12 sa-

pg.2

TABELA 40**Relato de impunidade/dificuldade de registrar, julgar ou punir o autor do ato de racismo**

DIFICULDADE DE PUNIR/IMPUNIDADE	%
Dificuldade de registrar/ julgar o ocorrido como crime de racismo	0,4
Falta de provas	0,2
A vítima não registra queixa na delegacia	0,1
Ausência de testemunhas	0,1
Outras dificuldades	0,4
Não menciona	98,9
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

A ampla maioria das notícias também ignora o dado de que crianças e adolescentes negros possuem oportunidades reduzidas em comparação às demais crianças (*Tabela 41*): 97,1% dos textos jornalísticos sobre racismo não abordam a questão, embora estudos sobre o tema, tal como a PNAD 2009, apontem que do total de 530 mil crianças de 7 a 14 anos que estavam fora da escola, 62,0% eram negras.

É importante observar, porém, que o debate travado pelos jornais não tem recorte de idade, incidindo sobre o total da população negra – o que relativiza o baixo índice de comparações encontrado.

TABELA 41**Menção a oportunidades reduzidas de crianças e adolescentes negros em comparação a outras “raças”/etnias**

COMPARA OPORTUNIDADES ENTRE CRIANÇAS	%
Sim	2,9
Não	97,1
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

SEÇÃO 9 – AS CARACTERÍSTICAS DO PÚBLICO CITADO

Vale observar que a discussão sobre racismo apresentada pelos jornais impressos sob análise se dá a partir de públicos mais amplos, em contraponto a identificações mais pontuais – o que condiz com a natureza do debate, menos voltado ao registro de casos individuais e mais à análise de mecanismos de combate ao racismo. De acordo com os dados coletados (*Tabela 42*):

- 64,5% das notícias mencionam recortes populacionais mais amplos.
- 27,5% dos textos apontam casos individuais.

TABELA 42

Público/atores majoritariamente mencionados

PÚBLICO MENCIONADO	%
Recortes populacionais mais amplos	64,5
Casos individuais	27,5
Não foi possível identificar	8,1
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

- Como demonstrado na tabela a seguir, de modo geral, as matérias não trazem um recorte do público por faixa etária (70,3%). Nas ocasiões em que essa referência é feita, predomina a citação a jovens de 18 a 24 anos (13,7%) e adultos de 25 a 59 anos (12,5%).
- Em menor medida são citados adolescentes entre 12 e 17 anos (7,4%) e crianças de 0 a 11 anos (7,1%). Idosos são mencionados nesse noticiário temático em 2,5% dos textos.

TABELA 43

Públicos por faixa etária mencionados nas matérias

IDADE	%
Crianças (de 0 a 11 anos)	7,1
Adolescentes (de 12 a 17 anos)	7,4
Jovens (de 18 a 24 anos)	13,7
Adultos (de 25 a 59 anos)	12,5
Idosos (de 60 anos em diante)	2,5
O público não tem um recorte de faixa etária	70,3
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Também é alto o percentual de textos que não explicita a classe ou extrato social dos atores mencionados: 84,7% de todo o noticiário analisado não traz

esse recorte (*Tabela 44*). E, neste caso, a omissão é significativa, uma vez que se está falando da população negra brasileira, que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,¹⁶ é a maioria pobre do País (70,8% dos que se encontram em situação de miséria são pardos ou pretos).

Nas ocasiões em que essa distinção é feita, predomina a menção à classe baixa, citada em 14,2% dos textos investigados. Embora em frequência bem menor, também são mencionadas a classe alta (1,8%), a classe média (1,6%) e a chamada “nova” classe média (0,6%).

TABELA 44
Classes/extratos sociais do público mencionado pela matéria

CLASSE SOCIAL	%
Classe baixa	14,2
“Nova” classe média/ Classe C	0,6
Classe média	1,6
Classe alta	1,8
Não identifica	84,7
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

No que se refere ao sexo do público mencionado (*Tabela 45*), é possível observar equilíbrio na citação dos gêneros: 22,8% dos textos mencionam homens e 20,4%, mulheres.

TABELA 45
Sexo do público mencionado pela matéria

SEXO	%
Homens	22,8
Mulheres	20,4
O público não tem recorte por sexo	67,7
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Ao mencionar mulheres negras (*Tabela 46*), as notícias discutem questões como a participação feminina no mercado de trabalho (12,5%), pobreza (3,7%), participação na política (2,8%), saúde da mulher em geral (3,4%), desigualdades entre homens e mulheres (2,4%) e violência contra a mulher em geral (2,8%).

¹⁶ IBGE, 2011. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-05-03/maioria-dos-miseraveis-brasileiros-e-jovem-negra-e-nordestina>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

TABELA 46**Tema majoritariamente debatido nas matérias que mencionam mulheres negras**

MULHERES NEGRAS	%
Participação feminina no mercado de trabalho (desemprego, discriminação)	12,5
Pobreza	3,7
Saúde da mulher em geral	3,4
Participação feminina na política (inclui lei eleitoral)	2,8
Violência contra a mulher em geral	2,8
Desigualdade em geral entre homens e mulheres	2,4
Desigualdade salarial entre homens e mulheres	1,8
Mortalidade materna	1,5
Aborto (descriminalização, acesso a aborto legal, anencefalia)	1,2
Direitos das/os trabalhadoras/es domésticas/os	1,2
Violência doméstica	0,9
Abuso sexual	0,6
Exploração sexual	0,6
Trabalho doméstico não remunerado	0,6
Acesso a cargos de poder e decisão em empresas	0,3
Outros	13,5
Não se aplica	50,2
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias que mencionam mulheres negras (327).

A vinculação entre questões de raça/etnia e gênero parece ainda distante do noticiário sobre o tema (*Tabela 47*). Segundo o levantamento conduzido pela ANDI, 93,3% das notícias sobre racismo analisadas não discutem questões de gênero.

TABELA 47**Debate sobre questões de gênero**

DISCUTE QUESTÃO DE GÊNERO?	%
Sim	6,7
Não	93,3
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

O levantamento também buscou identificar outras características do público mencionado, especialmente no que se refere às chamadas minorias e outros grupos vulneráveis (*Tabelas 48 a 51*). De acordo com os dados coletados:

- É praticamente inexistente a menção à orientação sexual dos atores envolvidos: apenas 1,9% dos textos citam esse aspecto.
- Embora com percentual um pouco maior (2,1%), também é baixa a referência a pessoas com deficiência nesse noticiário.
- Também está praticamente ausente dessa cobertura a discussão de aspectos específicos que posicionem crianças e adolescentes como público vulnerável ao racismo: apenas 1,8% dos textos trazem esse recorte.
- Moradores de comunidades populares de centros urbanos e favelas são citados em 4,7% da cobertura jornalística.

TABELA 48**Menção à orientação sexual dos atores envolvidos**

MENCIONA ORIENTAÇÃO SEXUAL?	%
Sim	1,9
Não	98,1
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

TABELA 49**Menção a pessoas com deficiência**

MENCIONA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?	%
Sim	2,1
Não	97,9
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

TABELA 50**Menção a moradores de comunidades populares de centros urbanos/ favelas**

MENCIONA MORADORES DE COMUNIDADES POPULARES?	%
Sim	4,7
Não	95,3
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

TABELA 51**Aspectos que posicionam crianças e adolescentes como público vulnerável ao racismo**

MENCIONA VULNERABILIDADE INFANTO-JUVENIL?	%
Sim	1,8
Não	98,2
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

SEÇÃO 10 - PERSPECTIVA INSTITUCIONAL: ARTICULAÇÕES PREDOMINAM

Ao analisarmos a perspectiva institucional apresentada nos textos (*Tabela 52*), destacam-se as parcerias/articulações que atuam nesse âmbito. Segundo os dados coletados, 23,7% de todo o noticiário menciona articulações voltadas à temática racial.

São parcerias/articulações entre organizações da sociedade civil e o governo brasileiro, ou entre agências nacionais e internacionais de cooperação, como ilustrado no exemplo abaixo reproduzido, extraído da editoria de “Relações Internacionais” do *Brasil Econômico* de março de 2010.

Acordos bilaterais visam inclusão social em outros países

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os três memorandos de entendimento assinados ontem entre a secretária de Estado americana, Hillary Clinton, e seu colega brasileiro Celso Amorim, em Brasília, na primeira visita dela no cargo ao país, envolveram temas de alcance universal, como a busca de mais tolerância e o desenvolvimento sustentável. Eles assinaram acordos sobre ações para defesa social das mulheres, sobre mudanças climáticas e sobre cooperação técnica, entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a United States Agency for International Development (Usaid), ou agência americana para o desenvolvimento internacional. Hillary reconheceu o Brasil como "parceiro valioso" para os Estados Unidos e espera o desenvolvimento de atividades conjuntas em outros países das Américas e da África. "Ambos os governos compartilham o desejo de fortalecer a cooperação no intuito de fomentar o desenvolvimento econômico, aprimorar o aten-

dimento médico e promover a inclusão social em países selecionados, cujos principais desafios se situam na área da pobreza", diz o primeiro documento. A secretária elogiou o programa de segurança alimentar do Brasil. Amorim lembrou que os países podem aprender um com outro em políticas de igualdade **racial**.

"Sempre nos vimos como democracia **racial**, mas demoramos a tomar medidas que os EUA, com problemas, já tomaram", disse. As reuniões de Hillary com Amorim e, depois, com Lula, trataram ainda do embargo americano a Cuba e da ajuda humanitária ao Haiti. A vinda dela prepara a do presidente Barack Obama, prevista para o segundo semestre. Depois de passar por São Paulo, ela seguirá à noite para a Costa Rica. S.R.

Também chama a atenção a forte presença do Poder Executivo, mencionado em 18,0% dessa cobertura jornalística, contra 5,6% de menções ao Legislativo e 4,8% de citações ao Judiciário.

São dados que merecem reflexão, uma vez que, como visto, parte significativa do noticiário analisado registra o debate em torno do Estatuto da Igualdade Racial e do sistema de cotas raciais – ambos permeados por embates nestas últimas instâncias de poder.

Em relação ao Legislativo, o levantamento sugere que a referência ao Estatuto ocorra, muitas vezes, sem menção explícita à sua vinculação à instância correspondente de poder.

A cobertura relativa a crianças e adolescentes guarda maior coerência em relação ao quadro social. Os dados da pesquisa sobre Infância & Racismo, realizada pela ANDI sobre o noticiário de 2009, revela que o Legislativo é a instituição mais citada, estando presente em 7,8% dos textos analisados, segui-

do pelo Poder Executivo, com 6,6% – uma inversão na tendência historicamente identificada nos monitoramentos realizados pela ANDI, que não se repete no noticiário sobre racismo em geral.

É importante destacar a participação de instituições de ensino e pesquisa no noticiário sobre racismo, acima da média das séries históricas produzidas pela ANDI – dado que aponta para o esforço de contextualização desse tipo de noticiário. Conforme apresenta a tabela a seguir, 8,6% das notícias têm esse foco institucional, enquanto na pesquisa sobre Adolescentes em Conflito com a Lei,¹⁷ por exemplo, o percentual é de 0,8%.

Embora, como registrado em estudos,¹⁸ as organizações da sociedade civil (notadamente, o Movimento Negro) desempenhem papel preponderante no debate público sobre racismo (instituído a partir da proposição de mecanismos de enfrentamento à problemática), o noticiário do período não reflete devidamente esse desempenho: o segmento está presente na perspectiva institucional central em apenas 4,1% dos textos (*Tabela 52*).

Dentre outros, SILVÉRIO e VIEIRA (2008) atestam que, a partir da década de 1970, principalmente, o Movimento Negro no Brasil vem apresentando-se no cenário político “com demandas atualizadas, indicando, de modo contundente, a inadequação, ineficiência e os limites das políticas públicas de caráter universal, demonstrando que a desigualdade social está assentada em marcadores das diferenças étnicas e raciais”.¹⁹

E ainda que, como veremos, o Movimento Negro ocupe o segundo lugar no *ranking* das organizações da Sociedade Civil, com 18,2% dos registros (*ver Tabela 56*), a comparação entre o quadro de análise (textos noticiosos) e o quadro teórico expõe a sub-representação desse ator político na cobertura jornalística sobre racismo, evidenciando a carência de estratégias de comunicação voltadas à visibilidade desse segmento.

O quadro de sub-representação do Movimento Negro torna-se mais evidente quando se observa que, calculado sobre o total geral da amostra (1.602 textos), o percentual de citações ao mesmo cai para menos de 1,0%.

¹⁷ ANDI, 2012.

¹⁸ SILVA, 2003. HASENBALG, 2005. SILVÉRIO; VIEIRA, 2008 (dentre outros).

¹⁹ SILVÉRIO; VIEIRA, 2008.

Movimento Negro

“A década de 1970 testemunhou o ressurgimento do Movimento Negro no Brasil. Nessa década e na seguinte, dois foram os temas centrais na mobilização dos militantes. O primeiro foi a denúncia do racismo e da discriminação racial no País. O segundo foi a valorização da cultura negra como eixo de constituição de uma identidade racial positiva”.

FONTE: HASENBALG, 2005.

TABELA 52**Perspectiva institucional majoritária do foco central da(s) notícia(s)**

PERSPECTIVA INSTITUCIONAL	%
Parcerias/ articulações	23,7
Do Poder Executivo	18,0
Das instituições de ensino e pesquisa	8,6
Do Poder Legislativo	5,6
Do Poder Judiciário	4,8
Das Organizações da Sociedade Civil (OSC)	4,1
Das empresas	2,3
Do Ministério Público	1,8
Dos organismos internacionais	1,8
Da Polícia	1,5
Outra	2,2
Não foi possível identificar	25,7
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

Dentre as notícias com foco no Executivo (*Tabela 53*), a maior parte traz o Governo Federal em seu enfoque principal (73,4%). Demonstra ainda o levantamento que:

- Governos estaduais são centralmente abordados em 12,5% dos textos que focam o Executivo. Administrações municipais aparecem em 5,5%.
- Há baixa referência à atuação colaborativa dos três entes federativos. Apenas 2,4% dos textos enfocam a colaboração União/estados; 1,0% entre União e municípios e entre estados e municípios; e 1,7% nos três níveis governamentais.

TABELA 53**Nível governamental a que a matéria se refere em seu enfoque principal**

NÍVEL GOVERNAMENTAL	%
União (Governo Federal)	73,4
Estados (governos estaduais) ou Distrito Federal (GDF)	12,5
Municípios (administrações municipais)	5,5
Colaboração União/estados	2,4
Colaboração União/municípios	1,0
Colaboração estados/municípios	1,0
Colaboração nos três níveis	1,7
Colaboração entre governos nacionais	0,0
Não está explícito/não foi possível identificar	2,4
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com enquadramento no Executivo (289).

Ainda no que se refere às notícias com enfoque central no Poder Executivo (*Tabela 54*), 70,6% não citam políticas governamentais específicas, sugerindo que tais ações ainda não foram efetivamente inseridas na abordagem jornalística referente à questão racial.

- Dentre os poucos textos que mencionam políticas governamentais, destacam-se projetos estaduais (5,5%) e o programa Bolsa Família (3,5%).
- Políticas referenciais na área – tais como o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Programa Brasil Quilombola e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – estão praticamente ausentes desse noticiário.

TABELA 54
Política governamental específica centralmente mencionada

POLÍTICA/PROGRAMA	%
Bolsa Família	3,5
Brasil Sem Miséria	0,0
Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir)	0,7
Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir)	0,0
Política Nacional de Saúde Integral da População Negra	0,3
Programa Brasil Quilombola	1,4
Agenda Social Quilombola (ASQ)	1,4
Plano Setorial de Qualificação (Planseq) Trabalho Doméstico Cidadão	0,0
Plano Setorial de Qualificação (Planseq) Afrodescendente	0,0
Outro projeto/programa de âmbito Federal	14,9
Projetos/programas estaduais/distritais	5,5
Projetos/programas municipais	1,7
Não menciona políticas específicas	70,6
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com enquadramento no Executivo (289).

Sociedade civil

Dentre as notícias com enfoque institucional na sociedade civil (que, como registra a *Tabela 52*, correspondem a 4,1% da amostra geral), 36,4% citam projetos ou iniciativas realizadas por essas instituições, em benefício da igualdade racial (*Tabela 55*).

TABELA 55
Menção a programa/ projeto/ ação em prol da igualdade racial realizado por organização(ões) da sociedade civil

MENCIONA PROJETOS DE OSC	%
Sim	36,4
Não	63,6
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com enquadramento na Sociedade Civil (66).

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) encabeçam as citações (Tabela 56), correspondendo a 28,8% do noticiário que registra ações de entidades civis.

O Movimento Negro surge em seguida, com 18,2% das citações - percentual que, calculado sobre o total da amostra, cai para menos de 1,0%. Mas é importante considerar a natureza dessa articulação, que não integra uma única esfera de poder, sendo composto por organizações e lideranças do Estado, do setor privado e do Terceiro Setor - as quais nem sempre são creditadas como integrantes do Movimento.

O dado sugere, portanto, que, entre as organizações citadas (ONGs, Instituições religiosas, Outras associações etc.), possam estar inseridas lideranças/organizações do Movimento Negro, sem que sejam registradas como tal - o que reforça a importância de estratégias de comunicação a serem desenvolvidas pelo Movimento.

Igrejas/instituições religiosas são mencionadas em 15,2% dos textos, seguindo-se os sindicatos e federações (10,6%).

TABELA 56

Foco majoritário das matérias sobre/com organizações da sociedade civil

Foco OSC	%
ONGs	28,8
Movimento Negro	18,2
Igrejas/ Instituições religiosas	15,2
Outras associações	9,1
Sindicatos e federações	10,6
Redes e articulações	3,0
Associações de familiares	1,5
Campanhas	1,5
Comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas)	1,5
Institutos	1,5
Associações de bairro	0,0
Associações de apoio a vítimas	0,0
Fundações	0,0
Fundações e institutos empresariais	0,0
Parceria com instituições de ensino e pesquisa	0,0
Parceria com órgãos governamentais	0,0
Voluntariado	0,0
Outros movimentos sociais	4,5
Não foi possível identificar	4,5
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com enquadramento na Sociedade Civil (66).

Outras associações respondem por 9,1% das citações. São, em sua maioria, organizações trabalhistas/classistas, como a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR) e a Associação de Artistas do Maranhão. Veja, a seguir, exemplo ilustrativo, extraído da seção reservada ao noticiário sobre o interior do estado do jornal *A Tarde* de 30 de março de 2009.

Chama a atenção, ainda, a ausência de referências a um bloco considerável de organizações, como associações de bairro e de apoio a vítimas e fundações/institutos empresariais.

Quilombolas sofrem ameaças

CRISTINA SANTOS PITA SUCURSAL SANTO ANTÔNIO csantos@grupoatarde.com.br

A Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR) denuncia que membros da Comunidade Remanescente do Quilombo de São Francisco do Paraguaçu, localizada no município de Cachoeira (a 110 km de Salvador), se encontram em estado de terror e pânico. "Eles foram vitimados mais uma vez com sérias ameaças à vida e integridade física na tarde de ontem (anteontem).

Os **quilombolas** ameaçados foram Crispim dos Santos, conhecido como Rabicó; Anselmo Ferreira de Jesus; Demervaldo dos Santos, o Sumido; e José Lopes de Jesus, o Bhrama. A situação deles, principalmente o Crispim, é muito séria e eles correm risco de morte. A integridade física deles está seriamente ameaçada", contou Pedro Diamantino, advogado da AATR.

Segundo Diamantino, os quatro fazem parte da coordenação da associação que luta pelo reconhecimento dos direitos das comunidades **quilombolas**.

"Eles contaram que no final da tarde de quarta-feira uma D-20 preta, de placa JQV-6837, com três homens fortemente armados, chegou em alta velocidade a São Francisco, atordoando moradores e dirigindo-se para a casa de Crispim dos Santos, onde tiraram fotos, e depois foram para a roça dele, onde dispararam tiros para o alto, o mesmo ocorrendo nas áreas de roçado de Demervaldo, Anselmo e José", informou o advogado.

Os **quilombolas** registraram queixa na Delegacia de Santo Amaro, que vai investigar as ameaças. Os fatos foram denunciados à AATR pelos próprios **quilombolas**. "Tudo aconteceu justamente um dia após a Justiça Federal ter decretado a suspensão da ação de reintegração de posse, de n.º 2007.33.00.0052188, em que haveria o cumprimento, marcada para ontem (anteontem,) de medida liminar de reintegração de posse que favorece uma fazendeira da região do Iguape", ressaltou Diamantino. Ele lembra ainda que desde 2006, quando se iniciou o processo de reconhecimento dos direitos territoriais da comunidade junto ao Incra, os fazendeiros entram com ações de reintegração de posse e ocorrências policiais.

O caso - A comunidade de São Francisco do Paraguaçu é composta por cerca de 350 famílias que se autoremecem como **quilombolas** e afirmam a sua cultura **negra** de resistência. Sua presença na região remete ao século XVII, quando escravos de origem africana recrutados para a construção do Convento de Santo Antônio começaram a se organizar na comunidade do Boqueirão. Após um processo progressivo de cercamento de terras de uso comum, por parte de fazendeiros e grileiros vizinhos, a comunidade se organizou e obteve em 2005 a emissão de certidão pela Fundação Cultural Palmares, reconhecendo o quilombo de São Francisco do Paraguaçu. Os proprietários da região, entretanto, têm movido uma série de ações judiciais para contestar a legitimidade deste reconhecimento, e os moradores têm sido ameaçados por pistoleiros e capangas da região.

Vale ressaltar, ainda, que 16,5% desses textos mencionam boas práticas na área, tais como prêmios, concursos e outras formas (Tabela 57).

TABELA 57

Menção a boas práticas na área (como prêmios, concursos e outras formas)

MENCIONA BOAS PRÁTICAS?	%
Sim	16,7
Não	83,3
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias com enquadramento na Sociedade Civil (66).

RECURSOS UTILIZADOS - Esse tipo de noticiário praticamente ignora as fontes de financiamento de políticas, programas, projetos ou ações de enfrentamento ao racismo. Conforme a Tabela 58, 94,3% dos textos analisados não trazem tal informação, sugerindo que o debate sobre a busca de soluções para o fenômeno ainda não tenha alcançado esse nível de amadurecimento. Os dados evidenciam ainda que:

- Dos textos que trazem essa referência, a maior parte registra financiamento com origem no orçamento público (3,5%).
- Praticamente não são citados incentivos fiscais como a Lei Rouanet (0,2%), o Fundo para a Promoção da Igualdade Racial (0,1%) ou recursos oriundos de organismos internacionais (0,1%).

Tabela 58
Fontes de recursos majoritariamente citadas

FONTE DE RECURSO	%
Orçamento público (convênios, repasses, programas)	3,5
Incentivos fiscais (Lei Rouanet, etc.)	0,2
Fundo para a Promoção da Igualdade Racial	0,1
Outros fundos	0,4
Investimento privado direto	0,3
Investimento privado por meio de fundos	0,0
Recursos provenientes de empresas estatais	0,2
Organismos internacionais (ONU, Unesco, Unicef)	0,1
Outros	0,8
Não menciona	94,3
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

O levantamento também demonstra que quase metade (48,4%) das notícias que tratam de recursos e financiamentos menciona a quantidade de recursos envolvidos (*Tabela 59*).

TABELA 59
Menção a quantidade de recursos envolvidos

MENCIONA QUANTIDADE RECURSO?	%
Sim	48,4
Não	51,6
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias que mencionam recursos/financiamento (91).

Ao debater o financiamento das políticas e projetos (*Tabela 60*), os textos mencionam especialmente recursos para programas específicos (33,0%). São abordadas apenas pontualmente questões como desvio ou má gestão dos recursos (8,8%) e o impacto ou resultado do investimento realizado (4,4%).

TABELA 60
Abordagem dos textos que debatem financiamento das políticas/projetos /ações

FINANCIAMENTO	%
Recursos para programas específicos	33,0
Desvio ou má gestão dos recursos	8,8
Boas práticas na gestão dos recursos	7,7
Falta de recursos/necessidade de recursos adicionais	6,6
Fundos específicos	5,5
Impacto/resultado do investimento realizado	4,4
Critérios de distribuição de recursos	3,3
Dificuldades para acessar recursos	2,2
Financiamento de levantamentos/pesquisas	0,0
Não menciona	28,6
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias que mencionam recursos/financiamento (91).

SEÇÃO 11 - LEGISLAÇÃO MENCIONADA

Como registrado na *Tabela 61*, a grande maioria dos textos pesquisados não traz esse importante elemento de contextualização da notícia (77,2%). Entretanto, o percentual de matérias que citam legislações, documentos e/ou jurisprudências (22,8%) está bem acima do encontrado em análises de outras coberturas temáticas coordenadas pela ANDI, como a sobre os Direitos das Mulheres, de 2011 (13,4%), ou a sobre os Direitos da Infância e Adolescência, de 2009 (5,0%). Resumindo:

- De acordo com os números coletados, 22,8% de todo o noticiário que discute a questão racial menciona legislação, documentos ou jurisprudência na área.
- Ao analisarmos os documentos mais citados, é possível perceber que leis, decretos e portarias se destacam, sendo referenciados em 7,7% dos textos. Na sequência, está a Constituição Federal, citada em 6,3% desse noticiário.
- Em relação à legislação específica, chama atenção o fato de que, embora consiga catalisar grande parte do debate sobre racismo, no período analisado, o Estatuto da Igualdade Racial corresponda a apenas 4,1% das citações, ficando abaixo do percentual da pesquisa da ANDI sobre a cobertura de Infância e Racismo, de 2011 (7,7%).
- O número, porém, não está muito distante do observado, em relação a leis específicas, em outros estudos temáticos realizados pela organização. Quando o foco está nos Direitos das Mulheres, por exemplo, a Lei Maria da Penha é citada em 4,7% das matérias analisadas.
- Também há que se mencionar que a Lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes para incluir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial das escolas, é citada em somente 2,9% do noticiário sobre o tema.

TABELA 61
Menção a legislação, documentos, jurisprudência

LEGISLAÇÃO	%
Declaração Universal dos Direitos Humanos	0,2
Convenção Americana de Direitos Humanos (OEA)	0,0
Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965)	0,1
Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância (Durban, ONU, 2001)	0,0
Outros tratados e convenções internacionais	0,7
Constituição Federal	6,3
Estatuto da Igualdade Racial	4,1

Continua

Continuação da TABELA 78

LEGISLAÇÃO	%
Lei 10.639/2003 (que estabelece as diretrizes para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”)	2,9
Outros: legislação ordinária (leis, decretos, portarias, etc.)	7,7
Propostas de Emenda à Constituição (PEC)	0,0
Outros projetos de lei	2,6
Decisões judiciais/ jurisprudência	2,6
Outras (decisões judiciais/jurisprudências)	2,1
Não cita legislação, documentos ou jurisprudência	77,2
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Além de o índice de referência a marcos legais ser considerado alto (22,8%), é importante destacar o dado de que mais da metade dessas citações (52,1%) vai além da simples menção à lei, avançando para a explicitação do conteúdo e das diretrizes apresentadas nas narrativas (Tabela 62).

TABELA 62

Conteúdo dos documentos, legislação e jurisprudência citados

EXPLICITA O CONTEÚDO?	%
Sim	52,1
Não	47,9
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias que mencionam legislação (365).

Ao analisarmos mais detalhadamente de que maneira o Estatuto da Igualdade Racial é inserido nessa pauta jornalística (Tabela 63), é possível perceber que a abordagem está amplamente focada nos processos de negociação para aprovação da lei e sua sanção presidencial – restando em segundo plano, portanto, os aspectos que tratam de sua implementação. Segundo os dados coletados:

- 37,9% das notícias que citam o Estatuto discutem majoritariamente a aprovação e sanção da lei.
- As negociações realizadas para a aprovação da lei são o foco de 28,8% desses textos.
- 27,3% das matérias apenas mencionam o Estatuto, ignorando o debate sobre eventuais avanços ou desafios que o acompanham.
- Somente 3,0% desse noticiário destaca aspectos referentes à implementação da nova lei, contribuindo para o debate mais aprofundado sobre sua efetividade.

TABELA 63

Teor majoritário das matérias que citam o Estatuto da Igualdade Racial

TEOR DO DEBATE	%
Formulação da lei	3,0
Negociações para a aprovação da lei	28,8
Aprovação e sanção da lei	37,9
Implementação da lei	3,0
Apenas cita o Estatuto	27,3
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias que mencionam o Estatuto da Igualdade Racial (66).

Quando menciona o Estatuto da Igualdade Racial (*Tabela 64*), o texto apresenta a lei especialmente como um avanço (50%), embora também sejam apontadas suas limitações: 27,3% das notícias trazem esse último enfoque.

Em menor medida, o Estatuto é entendido como um retrocesso (18,2%) e 30,3% dos textos apenas citam essa legislação, sem emitir opiniões a seu respeito.

TABELA 64

Posicionamento em relação ao Estatuto da Igualdade Racial

OPINIÃO SOBRE O ESTATUTO	%
Um avanço	22,7
Um retrocesso	18,2
Um avanço, mas limitado	27,3
Um avanço, porém ainda não aplicado na prática	1,5
Não emite opiniões sobre o Estatuto, limitando-se a mencioná-lo ou descrevê-lo	30,3
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias que mencionam o Estatuto da Igualdade Racial (66).

SEÇÃO 12 – FONTES ESTATÍSTICAS: UM INDICADOR POSITIVO

O uso de fontes estatísticas de informação (*Tabela 65*) é um parâmetro que discursa em favor da qualidade do noticiário específico sobre racismo. Apesar de ser menor do que o detectado na análise sobre a cobertura de Infância e Racismo (33,2%), o percentual das notícias que trazem esse tipo de dado (23,5%) está acima da média das séries históricas da ANDI (exemplos: 16,6% no estudo sobre a cobertura dos Direitos das Mulheres e 16,5% em Direitos da Infância e da Adolescência). Outros dados:

- Destaca-se a presença de órgãos do Governo Federal, registrado genericamente em 2,60% dos textos, mas perfazendo um total de 13,7% – o que sinaliza para o protagonismo do Executivo brasileiro na agenda da igualdade étnico-racial.
- Dentre as organizações governamentais, a mais presente é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mencionado na maioria dos textos analisados que citam fontes estatísticas (7,7%), o órgão tem o impacto de suas ações nessa agenda evidenciado pelo noticiário sobre racismo.
- Também são mencionados dados estatísticos de universidades (3,7%), órgãos das Nações Unidas (1,6%) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), citado em 1,6% dessa cobertura.
- Chama atenção a baixa participação, nesse quesito, de instituições governamentais que desempenham papéis centrais no enfrentamento da problemática, como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), mencionada em apenas 0,3% das notícias; a Fundação Cultural Palmares (0,2%) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (0,1%).

O levantamento também demonstra que, ao usarem estatísticas e indicadores (*Tabela 66*), os jornalistas que cobrem o tema buscam estabelecer comparações que podem enriquecer o panorama apresentado. De acordo com os dados coletados:

- 26,0% dos textos trazem comparações estatísticas entre a situação de homens e mulheres. Significa dizer que, entre as matérias que apresentam dados estatísticos – tendo, portanto, fator relevante de qualificação –, o debate de gênero é estabelecido.
- Dados de diferentes localidades do País são apresentados em 24,7% desse grupo de notícias e 22,6% estabelecem comparações entre períodos distintos.
- Também são apontadas as diversas realidades enfrentadas de acordo com a distribuição etária da população e, ainda que em menor medida, as diferenças estatísticas no que se refere a localidades distintas dentro e fora do País.

TABELA 65**Fontes de dados estatísticos**

FONTES ESTATÍSTICAS	%
Governo Federal Brasileiro (exceto os abaixo citados)	2,6
IBGE	7,7
IPEA	1,6
Seppir	0,3
SPM	0,1
SDH	0,6
Fundação Cultural Palmares	0,2
Governos estaduais	0,7
Governos municipais	0,0
Empresas privadas	0,2
Institutos/Fundações empresariais	0,4
Governos estrangeiros	0,0
Comissão Interamericana de Direitos Humanos	0,0
Organização das Nações Unidas (exceto as abaixo relacionadas)	1,6
Unesco	0,1
Unicef	0,7
Outros organismos internacionais	0,2
ONGs	1,3
Universidades	3,7
Outra	3,0
Não foi possível identificar	3,9
Não cita estatísticas	76,5
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

TABELA 66**COMPARAÇÕES ESTABELECIDAS NOS TEXTOS QUE APRESENTAM ESTATÍSTICAS**

COMPARAÇÕES ESTATÍSTICAS	%
Comparações entre homens e mulheres	26,0
Comparações entre localidades distintas dentro do País	24,7
Comparações entre períodos distintos	22,6
Comparações em face da distribuição etária da população	18,8
Comparações entre localidades distintas dentro e fora do País	8,2
Outras comparações	54,4
Não há comparações	12,7
TOTAL	-

Tabela válida apenas para as matérias que mencionam estatísticas (377). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

De modo geral, as estatísticas apresentadas (*Tabela 67*) buscam demonstrar a desigualdade de oportunidades ou condições de vida entre negros e outros

grupos populacionais – 61,5% dos textos que mencionam indicadores trazem esse recorte, o que condiz com a convergência metodológica para espaços noticiosos / textos que debatem o racismo.

- Lateralmente (8,0%), é também descrita a situação de negros e outros grupos, sem apontar uma perspectiva de igualdade/desigualdade.

TABELA 67

Questões evidenciadas pelas estatísticas citadas nos textos

AS ESTATÍSTICAS DEMONSTRAM	%
A desigualdade de oportunidades/ condições de vida entre brancos e negros	61,5
A situação de brancos e negros, sem apontar uma perspectiva de igualdade/desigualdade.	8,0
Ambas as perspectivas anteriores	7,7
A igualdade de oportunidades/ condições de vida entre brancos e negros	1,9
Não foi possível identificar	21,0
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias que mencionam estatísticas (377).

Conforme indica a pesquisa coordenada pela ANDI, as estatísticas apresentadas apontam diferenças especialmente no que se refere a questões raciais (Tabela 68): 57,9% dessas matérias trazem tal recorte. Mais:

- É significativa a comparação no que diz respeito a aspectos econômicos – tais como renda e emprego (39,7%).
- Diferenças no campo educacional estão presentes em 30,8% dessa cobertura e disparidades culturais, em 11,1%.
- Quase não são mencionadas as desigualdades no campo do poder político e político-partidário: somente 1,9% desse grupo de notícias traz essa abordagem.

TABELA 68

Diferenças apontadas pelas estatísticas citadas nos textos

AS ESTATÍSTICAS APONTAM DIFERENÇAS	%
Baseadas em questões raciais	57,9
Econômicas (renda, emprego, etc.)	39,7
Educacionais	30,8
Culturais	11,1
Poder político e poder político-partidário	1,9
Não foi possível identificar	7,7
TOTAL	-

Tabela válida apenas para as matérias que mencionam estatísticas (377). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

SEÇÃO 13 – FONTES DE INFORMAÇÃO OUVIDAS

No que se refere às fontes de informação mais ouvidas, chama a atenção o fato de a Sociedade Civil (indivíduos, organizações, movimento...) ocupar a primeira posição dentre os atores mais consultados, destoando dos resultados usualmente encontrados em outras análises de mídia conduzidas pela ANDI e nas quais os órgãos dos poderes públicos costumam ocupar a primeira posição.

Conforme apontam os dados da *Tabela 69*, a Sociedade Civil está presente em 32,9% desse noticiário, enquanto os poderes públicos são mencionados em 28,8%; especialistas e técnicos em 16,7%; universidade em 13,4%; institutos de pesquisas em 4,2%; e setor empresarial em 3,81%. Ao analisarmos mais detalhadamente essas informações, é possível perceber que:

- A Sociedade Civil majoritariamente consultada é o cidadão (17,1%) - o que não significa dizer que seja o cidadão comum, podendo estar incluídos nessa categoria lideranças / representantes de organizações comunitárias e do Terceiro Setor.
- Organizações da Sociedade Civil - que falam sobre o tema numa perspectiva mais ampla - estão presentes em 5,6% desse noticiário.
- A presença do Movimento Negro como fonte de informação (5,10%) não condiz com o papel que vem exercendo no agendamento da questão - o que sinaliza, como anteriormente analisado, para a sua sub-representação no noticiário sobre racismo.
- É importante destacar, também aqui, que a participação do Movimento Negro nessa pauta pode ser bem maior, uma vez que só foram computadas como tal as organizações e lideranças explicitamente vinculadas ao mesmo nos textos analisados.
- Em outros termos, dentro da rubrica Sociedade Civil podem estar embutidas lideranças e organizações que não são explicitamente vinculadas ao Movimento Negro - aqui entendido não como o Movimento Negro Unificado, mas como o conjunto de organizações/instituições e lideranças que se dedicam à causa negra, incluindo o MNU.
- Mesmo dentro da rubrica Poderes públicos, é possível identificar instituições centralmente destinadas ao enfrentamento do racismo, por meio da valorização e promoção da cultura negra, como a Fundação Cultural Palmares, mas que não são explicitamente vinculadas ao Movimento Negro.
- Também são ouvidas celebridades (3,6%) e professores/educadores (3,1%).

Quanto às fontes vinculadas aos poderes públicos, destacam-se:

- O Executivo Federal, que está presente em 5,1%, enquanto o estadual está em 3,8% e o municipal, em 2,1%.

- O Poder Judiciário, que surge como fonte de informação em 3,2% desse noticiário, e o Ministério Público, em 2,6%.
- No âmbito do Legislativo, a esfera federal representa 4,0% das fontes consultadas, enquanto a estadual responde por 1,0% e a municipal, por 0,7%.
- Ao avançarmos para os órgãos mais presentes nesse noticiário, destacam-se: a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), ouvida como fonte em 4,7% dos textos, e o Ministério da Educação, mencionado em 2,1%.
- O Ministério da Saúde é citado em 0,7% desse noticiário; a Fundação Cultural Palmares em 0,7% e a Secretaria de Direitos Humanos, em 0,6%.
- Percentuais mais baixos são registrados para órgãos como o Ministério da Cultura (0,2%), do Trabalho (0,1%) e a Secretaria de Política para as Mulheres (0,2%).
- Quanto aos organismos internacionais, participam como fonte de informação a Organização Internacional do Trabalho (0,9%), o Fundo das Nações Unidas para a Infância Unicef (0,7%), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (0,7%) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco (0,4%).

TABELA 69
Fontes de informação ouvidas pela matéria

FONTES	%
Poderes públicos	28,8
Executivo federal (exceto os explicitados abaixo)	5,1
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)	4,7
Legislativo federal	4,0
Executivo estadual	3,8
Poder Judiciário	3,2
Ministério Público	2,6
Executivo municipal	2,1
Ministério da Educação	2,1
Polícia (Federal, Civil ou Militar)	1,9
Legislativo estadual ou distrital	1,0
Fundação Cultural Palmares	0,7
Legislativo municipal	0,7
Ministério da Saúde	0,7
Secretaria de Direitos Humanos (SDH)	0,6
Ministério da Cultura	0,2
Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)	0,2
Ministério do Trabalho	0,1
Fundações municipais de apoio à pesquisa	0,0

Continua

Continuação da TABELA 69

FONTES	%
Organismos internacionais (exceto os explicitados abaixo)	3,4
OIT	0,9
PNUD	0,7
Unicef	0,7
Governos estrangeiros	0,6
Unesco	0,4
OMS	0,1
Banco Mundial	0,0
OCDE	0,0
UNFPA	0,0
UNIFEM	0,0
União Europeia	0,0
Sociedade Civil	32,9
Indivíduos	17,1
Organizações da Sociedade Civil	5,6
Movimento Negro	5,1
Celebridades	3,6
Professores/ Educadores	3,1
Adolescentes	0,4
Institutos e fundações empresariais	0,4
Crianças	0,2
Setor empresarial	3,9
Empresas não estatais	2,9
Associações setoriais de empresários	0,5
Empresas estatais	0,5
Federações estaduais de indústrias e outras	0,2
CNI e outras	0,0
Especialistas/Técnicos	16,7
Universidade	13,4
Institutos de pesquisa	4,2
Sindicados e federações de trabalhadores	1,2
Outras fontes	5,9
Não foi possível identificar as fontes consultadas	21,9
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

A média de fontes de informação por texto (*Tabela 70*) é de 1,4, o que depõe contra a qualidade desse noticiário. Mas, como será exposto adiante, há uma presença forte de conteúdo opinativo no período analisado – o que explica

em parte o baixo percentual registrado, uma vez que esse gênero de narrativa, muitas vezes, não revela a origem dos dados ou idéias tratadas. Em resumo:

- Segundo o levantamento, a média é de 1,4 fontes em cada texto - número que não permite sequer a apresentação de pontos de vista distintos.
- Os dados revelam ainda ser preponderante a presença de fontes do sexo masculino: a média é de 0,8, frente a 0,5 de fontes femininas.
- De acordo com os números coletados, 34,4% dos textos que trazem fontes de informação apresentam opiniões divergentes. Significativamente alto, em comparação com outras análises de coberturas temáticas realizadas pela ANDI, o dado reflete o teor do debate - distante de consensos (*Tabela 70*).

TABELA 70

Fonte(s) consultada(s)

Tipo	MÉDIA/NOTÍCIA
Fontes femininas	0,5
Fontes masculinas	0,8
Fontes com sexo não identificado	0,1
Total	1,4

Valores calculados com base no total de notícias (1.602).

TABELA 71

Opiniões divergentes

OPINIÕES DIVERGENTES?	%
Sim	34,4
Não	65,6
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

SEÇÃO 14 – CAUSAS E SOLUÇÕES APRESENTADAS

O estudo realizado pela ANDI buscou identificar se a cobertura jornalística sobre o tema discute causas e soluções para o problema. Os dados (Tabela 72) revelam que:

- 48,2% de todas as notícias analisadas citam possíveis causas dos problemas apresentados, percentual bastante superior ao verificado em outras análises temáticas realizadas pela ANDI, como as coberturas jornalísticas sobre Adolescentes em Conflito com a Lei (19,9%)²⁰ e Direitos das Mulheres²¹ (9,8%) – o que condiz com o teor do debate sobre racismo travado no noticiário analisado.
- Vale observar que a maior parte desses textos (45,3%) menciona apenas uma causa e somente 2,9% mais de uma – o que aponta para a insuficiência do debate público sobre o assunto.

TABELA 72

CAUSAS PARA O PROBLEMA APRESENTADO NO FOCO CENTRAL DA NOTÍCIA

APRESENTA CAUSAS?	%
Sim, ao menos 1 causa	45,3
Sim, mais de 1 causa	2,9
Não apresenta	51,8
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

Ao identificar os atores responsáveis pelo problema apresentado (Tabela 73), os jornalistas que cobrem o tema citam especialmente indivíduos (20,9%) e o governo brasileiro (20,6%).

O dado aponta para uma divisão significativa de responsabilidades, refletindo duas dimensões importantes da problemática em foco: a do racismo individual e a do institucional.

A sociedade em geral é apontada como ator responsável pelo problema em 10,2% dos textos – número que sugere um nível relevante de percepção social sobre a dimensão cultural do fenômeno. Revela ainda o levantamento que:

- Universidades e instituições de pesquisa são responsabilizadas em 9,8% desse noticiário; o Legislativo, em 7,4%; e a sociedade civil organizada, em 6,0%.
- O Judiciário – responsável por aplicar a legislação existente na área – é apontado como responsável pelas causas do problema em 2,6% dos

²⁰ ANDI, 2012.

²¹ ANDI, 2011.

textos. O percentual é semelhante às notícias que colocam professores e educadores nesse papel (2,3%).

- Quase não são citados atores como Ministério Público (1,4%), políticos (1,2%) e famílias (0,4%).

TABELA 73
Principal ator responsável pelas causas apontadas

RESPONSÁVEL	%
Indivíduos	20,9
Governo brasileiro	20,6
Sociedade em geral	10,2
Universidades e instituições de pesquisa	9,8
Legislativo	7,4
Sociedade civil organizada	6,0
Setor privado	5,7
Judiciário	2,6
Professores/ educadores	2,3
Organismos internacionais	1,7
Escola	1,7
Ministério Público	1,4
Políticos	1,2
Famílias	0,4
Governos estrangeiros	0,3
Outros	2,1
Não foi possível identificar	5,8
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias que mencionam causas (772).

Embora quase metade dos textos analisados aponte causas para o problema, pouco menos de 30% (Tabela 74) apresentam soluções, sugerindo que essa é uma pauta que ainda precisa ser melhor trabalhada junto às redações.

TABELA 74
SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA APRESENTADO NO FOCO CENTRAL

APRESENTA SOLUÇÕES?	%
Sim, ao menos 1 solução	28,5
Sim, mais de 1 solução	1,0
Não apresenta	70,5
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

Ao identificar os atores responsáveis por equacionar esses problemas (Tabela 75), a ampla maioria dos textos aponta o governo brasileiro (31,3%). Na sequência, estão:

- O Poder Judiciário (9,7%); a sociedade em geral (9,5%); universidades ou outras instituições de pesquisa (9,1%) e o Legislativo (8,9%).
- Também são citados o setor privado (5,3%), o Ministério Público (4,9%) e os indivíduos (4,4%).

A comparação entre os indicadores das Tabelas 73 (responsáveis pelo racismo) e 75 (atores vinculados às soluções) apontam para a percepção social de que, embora sejam parte significativa do problema, aos indivíduos não cabe o enfrentamento do mesmo, e sim ao governo brasileiro.

- Vale observar que a sociedade civil organizada – que, há muito, encabeça as mobilizações em prol da igualdade racial e o combate às discriminações – é apontada em apenas 5,1% desse conjunto de notícias.

TABELA 75

Principal ator responsável pelas soluções apontadas

RESPONSÁVEL	%
Governo brasileiro	31,3
Judiciário	9,7
Sociedade em geral	9,5
Universidades e instituições de pesquisa	9,1
Legislativo	8,9
Setor privado	5,3
Sociedade civil organizada	5,1
Ministério Público	4,9
Indivíduos	4,4
Professores/ educadores	2,7
Escola	2,3
Organismos internacionais	0,8
Famílias	0,6
Políticos	0,4
Governos estrangeiros	0,4
Outros	1,3
Não foi possível identificar	3,2
TOTAL	100

Tabela válida apenas para as matérias que mencionam causas (473).

SEÇÃO 15 - PARÂMETROS JORNALÍSTICOS

Quanto à abrangência e ao nível de abordagem do assunto (*Tabela 76*), os números demonstram que é restrito o tratamento do tema sob a perspectiva factual: apenas 10,0% do noticiário traz essa abordagem mais focada no acontecimento em si – o que é um indicador relevante de qualidade. Mais:

- Segundo os dados coletados, a ampla maioria dos textos (61,5%) traz uma perspectiva contextual – ou seja, reúne elementos importantes à compreensão e enfrentamento do fenômeno, em lugar do relato puro e simples de ocorrências.
- A abordagem avaliativa das questões – pautada pela análise da problemática em foco – está presente em 14,7% desse noticiário, sendo ainda digno de nota o alto percentual da perspectiva contextual explicativa (12,4%), por se tratar de uma abordagem mais aprofundada que a contextual.
- Constitui ainda um desafio a apresentação de uma abordagem propositiva: apenas 1,3% dos textos investigados trazem essa perspectiva mais pautada em propostas de encaminhamentos e soluções para os problemas apresentados.

TABELA 76

Abrangência e nível de abordagem do assunto

ABRANGÊNCIA	%
Factual	10,0
Contextual	61,5
Contextual explicativa	12,4
Avaliativo	14,7
Propositivo	1,3
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

Quanto ao tipo de texto jornalístico (*Tabela 77*), surpreende a alta presença dos chamados conteúdos opinativos (artigos, editoriais, cartas de leitores, enquetes, entrevistas, colunas/notas assinadas). De acordo com o levantamento, 32,0% de toda a cobertura dedicada ao tema do racismo se dá sob esse formato.

O número é bastante superior ao verificado em outros noticiários temáticos analisados, como os sobre Infância e Racismo (23,6%) e Direitos das Mulheres (10,9%), ambos de 2011. E evidencia que o tema esteve inserido em espaços nobres dos jornais – não necessariamente, porém, numa perspectiva totalmente favorável aos dispositivos de enfrentamento ao racismo.

Vale destacar que os conteúdos opinativos agregam os editoriais, que registram o posicionamento institucional do veículo em relação a determinada questão, o que tem impactos relevantes na produção noticiosa e na opinião pública em geral, que tendem a reforçar a posição do veículo.

E, como demonstram os dados da *Tabela 78*, os editoriais são os espaços opinativos que mais adotam posição contrária à política de cotas raciais – um dos principais mecanismos de enfrentamento ao racismo em debate no noticiário em foco.

TABELA 77

Tipo de texto jornalístico

TIPO TEXTO	%
Reportagem (informativa)	68,0
Artigos assinados (opinião enviada ao jornal)	13,4
Colunas ou notas de colunas assinadas	7,7
Entrevistas	5,0
Carta do leitor	4,9
Editoriais	0,9
Enquetes	0,2
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

TABELA 78

Posicionamentos sobre o sistema de cotas raciais nos textos opinativos

POSICIONAMENTOS TIPO DE TEXTO	TIPO DE TEXTO		Favorável e contrário, mas com um claro peso dedicado à primeira opção	Favorável e contrário, mas com um claro peso dedicado à segunda opção	Favorável e contrário na mesma proporção	Não emite opiniões sobre o tema, limitando-se a descrevê-lo	NFPI	Totais por tipo de texto
	Favorável	Contrário						
Artigos assinados	28%	39%	14%	9%	6%	3%	2%	100%
Carta do leitor	44%	25%	13%	6%	0%	6%	6%	100%
Entrevistas	14%	57%	7%	0%	7%	7%	7%	100%
Colunas/notas assinadas	34%	30%	25%	8%	2%	2%	0%	100%
Editoriais	19%	58%	0%	15%	8%	0%	0%	100%
Enquetes	25%	50%	0%	25%	0%	0%	0%	100%

Tabela válida apenas para os textos opinativos com foco em ações afirmativas e cotas (116).

Os números coletados apontam ainda que a maior parte desse noticiário é assinada por repórteres/ redatores/ editores/ colunistas/ articulistas (41,0%), o que constitui um dado relevante, pois sinaliza, também, para o prestígio da temática dentro do campo do jornalismo (*Tabela 79*).

Entretanto, diante da expressiva representação dos textos opinativos na amostra analisada, é possível deduzir que o número de reportagens assinadas não é tão significativo (importante lembrar que reportagem não se enquadra no gênero opinativo).

Seguem-se:

- Redação – modo genérico de apresentar os textos, portanto, sem identificar o responsável por sua produção – é citada em 6,6% do noticiário.
- Agências de notícias respondem por 5,3%, reportagem local por 4,4% e textos oriundos de sucursais representam 0,6% dessa cobertura temática – o que também é revelador, pois descarta esse tipo de dispositivo planejador da cobertura jornalística.

TABELA 79

Responsáveis pelo texto jornalístico

RESPONSÁVEIS	%
Repórter/ redator/ editor/ colunista/ articulista	41,0
Redação	6,6
Agência de notícias	5,3
Leitor	5,1
Reportagem local	4,4
Sucursal	0,6
Não foi possível identificar o responsável pela matéria	37,0
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

SEÇÃO 16 - ASPECTOS QUALITATIVOS

Nas séries históricas da ANDI, são estabelecidos indicadores que permitem análises comparativas entre as diferentes temáticas abordadas ao longo dos anos. Ao avaliarmos os aspectos qualitativos do noticiário sobre racismo (*Tabela 80*), é possível identificar que:

- Em relação ao debate sobre políticas públicas, o noticiário sobre racismo está bem à frente de outras coberturas temáticas: 29,4%, contra os 3,2% observados na análise de Direitos das Mulheres e os 16,1% registrados em Direitos da Infância e Adolescência. Importante observar, porém, que a cobertura em foco está nitidamente centrada no debate sobre uma política pública de enfrentamento ao racismo (ações afirmativas e cotas raciais para ingresso em universidades).
- No que se refere à legislação, o cenário não é muito distinto. Enquanto em outras coberturas temáticas o arcabouço legal é mencionado em 13,4% (Direitos das Mulheres), ou em índices ainda menores (5,0%, Direitos da Infância e Adolescência), na abordagem jornalística sobre racismo esse quesito esteve presente em 22,8%, superando, em larga medida, índices usualmente encontrados em outras pesquisas.
- Em relação às fontes de informação, o índice geral (78,1%) não se distancia muito de outras coberturas temáticas, como Direitos da Infância e Adolescência (80,8%) e Direitos das Mulheres (94,7%).
- Quanto ao índice de citação de estatísticas (23,5%), o noticiário sobre racismo supera outras coberturas, como as aqui exemplificadas (Direitos da Infância e Adolescência, 16,5%; e Direitos das Mulheres, 16,6%).

TABELA 80
Aspectos qualitativos do noticiário

ASPECTOS QUALITATIVOS	%	VALORES DE REFERÊNCIA	
		Direitos da Infância e Adolescência	Direitos das Mulheres
Políticas públicas	29,4	16,1%	3,2%
Legislação	22,8	5,0%	13,4%
Fontes	78,1	80,8%	94,7%
Estatísticas	23,5	16,5%	16,6%

O presente estudo também buscou identificar se havia, no âmbito qualitativo, disparidades na cobertura realizada pelos veículos de abrangência nacional e os de cobertura regional/local (*Tabela 81*).

Os dados revelam que, de modo geral, os números são bastante semelhantes (sendo que os regionais chegam a superar os de circulação nacional no

indicador políticas públicas), sugerindo que melhores condições econômicas ou uma equipe mais ampla, como usualmente verificado nos grandes jornais, não são necessariamente garantia de qualidade do conteúdo apresentada ao público leitor.

TABELA 81
Aspectos qualitativos por categoria de jornal

ASPECTOS QUALITATIVOS	CIRCULAÇÃO NACIONAL	REGIONAIS/ LOCAIS
Políticas públicas	21,5%	33,2%
Legislação	23,7%	22,3%
Fontes	79,5%	77,5%
Estatísticas	25,0%	22,9%
Recurso/financiamento	5,4%	5,8%

Numa análise comparativa entre as coberturas opinativa e informativa, observam-se também valores relativamente equilibrados, mas com leve vantagem para os textos opinativos. Conforme os dados abaixo compilados (Tabela 82):

- Enquanto 27,5% dos textos informativos abordam políticas públicas, na cobertura opinativa, esse percentual é de 30,0%.
- O uso de legislação é também maior nos textos opinativos (25,3%) do que nos informativos (21,6%).
- Em relação a fontes de informação, a tendência não se altera: 79,5% (opinativos) contra 77,4% (informativos).
- O debate sobre o racismo também está mais presente nos textos opinativos (71,2%, frente a 55,8%).
- Diferentemente dos demais parâmetros, porém, o uso de dados estatísticos é maior no noticiário informativo (26,9%, frente a 16,4%).

TABELA 82
Aspectos qualitativos por tipo de texto

ASPECTOS QUALITATIVOS	OPINATIVOS	INFORMATIVOS
Política pública	30,0%	27,5%
Legislação	25,3%	21,6%
Fontes	79,5%	77,4%
Estatísticas	16,4%	26,9%
Discute racismo	71,2%	55,8%

SEÇÃO ESPECIAL – VIOLÊNCIA FÍSICA: UMA GRAVE LACUNA

Como registrado na Introdução do presente estudo, a análise de conteúdo dos jornais em foco incidiu sobre os espaços noticiosos nos quais se debate o racismo em geral, em lugar daqueles reservados ao registro de violências físicas – o que expôs a dissociação, nas narrativas midiáticas, entre o quadro de violência letal praticada contra a população negra e a violência simbólica do racismo que o produz.

Como será detalhado a seguir, nos espaços noticiosos em que se debate racismo, as violências físicas não são suficientemente problematizadas, enquanto nos espaços reservados ao registro de violências físicas, não se debate racismo, omitindo-se até mesmo a referência às características socioeconômicas ou étnico-raciais das vítimas mais frequentes desse tipo de ocorrência.

Mas para uma melhor compreensão sobre essa grave lacuna no debate público sobre o fenômeno do racismo, antes da exposição dos dados sobre violência coletados no universo geral de textos, serão reproduzidos os resultados de uma análise adicional sobre os espaços/seções editoriais dos dois tipos de noticiário descritos acima.

Análise adicional sobre espaços noticiosos

Como acima referido e adiante detalhado, a presente pesquisa canalizou o trabalho de investigação para os espaços / textos jornalísticos dedicados ao debate sobre a problemática, em lugar daqueles em que o racismo é operado, de modo automatizado, naturalizado e subliminarmente incorporado às narrativas dos jornais, como ocorre, principalmente, nas páginas dedicadas às narrativas sobre violências físicas.

ESPAÇOS DE DEBATE – A prevalência dos espaços / textos noticiosos dedicados à discussão sobre racismo foi construída a partir da estruturação dos instrumentos de coleta de dados (palavras-chave e questionário), sendo evidenciada pelos espaços noticiosos nos quais a maioria das matérias coletadas para a análise foi publicada: editoriais (ou seções, cadernos, páginas) destinadas a opiniões e à cobertura de assuntos de interesse nacional, políticos, artístico-culturais e econômicos, em contraposição aos espaços reservados a ocorrências ditas policiais.

A título de ilustração, foi realizado um levantamento adicional sobre a amostra de textos relativa ao ano de 2010. E os dados revelam que, para cada texto capturado num espaço noticioso especializado em narrativas sobre violências físicas (neste caso, o de “Polícia”), nos reservados a conteúdos opinativos eram publicados 80 textos, o que equivale a 16,6% do material analisado.

Conforme aponta a *Tabela 83*, apenas 0,2% das notícias que traziam uma abordagem racial foram publicadas nas páginas policiais. Nos cadernos/seções artístico-culturais e nos espaços reservados a assuntos de interesse nacional, esse percentual alcançou 12,2%; no noticiário político, foi de 5,6%; e nas páginas econômicas, de 3,5%.

TABELA 83

Espaço editorial dos textos da amostra relativa ao ano de 2010

TIPO	SEÇÕES/EDITORIAS/CADERNOS/PÁGINAS/ESPAÇOS NOTICIOSOS	%
Opinativos	“Editorial”, “Artigo”, “Opinião”, “Painel do leitor”, “Tendências/Debates”, “Crônica”, “Fórum de leitores”, “Espaço aberto”, “Notas e informações”	16,6
Artístico-culturais	“Cultura”, “Segundo Caderno”, “Diversão e Arte”, “Artes Cênicas”, “Caderno 2”, “Caderno C”, “Caderno G”, “Capa Dois”, “Eventos”, “Folha 2”, “Ilustrada”, “Magazine”, “Viver Cultura”, “Alternativo”	12,2
Nacionais	“Nacional”, “Brasil”, “O País”, “País”, “Sociedade aberta”	12,0
Políticos	“Coisas da Política”, “Política”, “Poder”	5,6
Econômicos	“Dinheiro”, “Economia”, “Negócios”	3,5
Policiais	“Polícia”	0,2%

Nesta tabela não estão inseridos os itens “Outros” e “Não foi possível identificar”.

Enquanto nestes espaços / textos prevalentes o racismo é explicitamente debatido, como será evidenciado na exposição de resultados, naqueles reservados a assuntos ditos policiais (“Polícia”, “Segurança”, “Violência”), nos quais é registrada a grande maioria dos homicídios praticados contra pessoas negras, tais ocorrências não são problematizadas – daí a ausência de termos (como os grifados nos exemplos de matérias reproduzidas a seguir) que permitiriam a seleção desse tipo de matéria pelos instrumentos de coleta da pesquisa.

Em síntese, o caminho metodológico seguido permitiu a visibilidade de uma séria omissão nos espaços noticiosos nos quais se *debate a temática* do racis-

mo, além de corroborar estudos que apontam preocupante lacuna nos espaços noticiosos especializados no *registro de violências físicas*, como também será, aqui, evidenciado.

Nitidamente provocado pela proposição de políticas públicas de enfrentamento ao racismo (adoção de cotas raciais para ingresso nas universidades) e pela aprovação de um marco legal para orientar as ações no setor (o Estatuto da Igualdade Racial, ou lei 12.288/2010), o *debate* praticamente ignora as violências físicas contra os negros – o que significa dizer que ignora a relação entre estas e a violência simbólica do racismo discutida nas narrativas aqui analisadas.

Os poucos textos capturados nestes espaços de *debate* são os que registram pesquisas sobre o quadro de violências físicas no País (ver exemplo abaixo reproduzido, extraído da editoria de “Brasil” do *Diário de Natal* de 15/12/2010).

Homens são maiores vítimas da violência

BRASIL

Os homens morreram cinco vezes mais por causa de acidentes ou de violência do que as mulheres, em 2008, de acordo com a pesquisa Saúde Brasil 2009. Foram 112,4 mortes de homens por 100 mil habitantes no ano passado. O índice feminino foi de 21,6 óbitos por 100 mil. Nos casos de morte por arma de fogo, a razão é ainda maior - risco 16,7 vezes superior para o sexo masculino em comparação ao feminino. Com base em dados de 2008, do total de mortes violentas de homens, 40,6% foram por agressões (sendo 29,4% por arma de fogo) e 26,9% por causa de acidentes de trânsito.

Entre os homens, os jovens de 20 a 39 anos e com menos de sete anos de estudo foram as principais vítimas das mortes violentas ou dos acidentes, as chamadas causas externas, conforme o estudo. Entre as mu-

lheres, 30% das mortes desse tipo foram provocadas por acidentes de trânsito, contra 8,8% por arma de fogo. A maioria das vítimas tinha mais de 60 anos de idade.

O estudo avalia a taxa de mortalidade por violência ou acidente segundo cor e **raça**. O risco de uma pessoa da cor **parda** morrer vítima de uma dessas causas é 2,1 vezes maior em comparação a um branco. No caso de **negros**, o risco é 1,8 vez superior a um indivíduo branco. Em 2008, o Brasil registrou mais de 1,06 milhão de óbitos, sendo 133.644 de causas externas (acidentes e violência), o equivalente a 12%. Do total de mortes por causas externas, 83% foram de homens. No ranking, a causa externa é o terceiro maior motivo de morte, atrás das doenças circulatorias e do câncer.

Foram coletados alguns textos sobre casos individuais de homicídios nos espaços não especializados em violências físicas. Mas isso foi possível pela quebra do padrão desse tipo de narrativa, quase sempre limitado ao breve relato das ocorrências, sem outras fontes de informação além da policial ou o registro das características socioeconômicas ou étnico-raciais das vítimas, como exposto por outras pesquisas²² e ilustrado mais adiante.

No caso reproduzido a seguir, foram os familiares que estabeleceram a relação entre o crime e a cor da pele da vítima de homicídio, o que possibilitou a captura dos textos para a presente análise. O caso ganhou tamanha repercussão que a notícia foi distribuída por agências e registrada em páginas destinadas aos assuntos de interesse nacional (a primeira reportagem foi publicada na editoria de “Geral” do *Diário de Natal*; a segunda, na editoria de “Brasil” do jornal *Hoje em Dia*. Ambas, em 11/05/2010).

²² ANDI, 2002.

Morre cliente baleado por vigia de banco após travar em porta-giratória

Morreu o cliente de banco que usava marcapasso e, por não conseguir passar na porta giratória, acabou baleado com um tiro no rosto pelo vigia da agência em São Miguel Paulista, na Zona Leste de São Paulo. A morte foi constatada pelo Hospital São Camilo, onde Domingos Conceição dos Santos, 47 anos, estava internado na UTI, em estado grave. O hospital divulgou nota informando que a morte encefálica do paciente foi constatada após exames realizados entre a tarde e a noite desta segunda-feira.

Domingos havia sido aposentado por problemas cardíacos e tinha ido na agência do Bradesco receber sua primeira aposentadoria. Ele avisou o vigia que não poderia passar pela porta, por causa do marcapasso, mas o rapaz não acreditou. Os dois acabaram discutindo e o segurança Pedro Gonçalves Almeida, de 37 anos, atirou na cabeça do cliente.

A bala atravessou a cabeça de Domingos e acertou um outro cliente que aguardava para entrar no banco, um idoso de 62 anos. O idoso foi atingido de raspão no nariz

Um sobrinho do aposentado, que parou de trabalhar justamente por causa dos problemas cardíacos, disse que a família chega a pensar em preconceito por parte do segurança, já que Domingos é **negro**. - Se ele tivesse de terno e gravata talvez não tivesse acontecido. Como estava de cidadão comum, da pe-

riferia, isto aconteceu - afirmou.

O crime ocorreu logo na abertura da agência, às 10h. Segundo testemunhas, todos aguardavam para entrar no banco. Testemunhas dizem que ele chegou a mostrar um documento ao vigia para mostrar que usava marcapasso. Tentou passar e a porta travou. Nervoso, acabou discutindo e recebeu o tiro.

Dois policiais militares que faziam a ronda a pé pela Rua José Otoni, onde fica a agência, foram avisados por rádio que havia ocorrido o disparo. Ao chegarem no local, viram Domingos caído no chão, perto da porta giratória. Assustado, o idoso saiu correndo, com o nariz sangrando.

O segurança Pedro Gonçalves Almeida foi preso em flagrante e autuado por dupla tentativa de homicídio doloso, quando há intenção de matar. À polícia, o segurança disse que a vítima estava com comportamento alterado e achou que Domingos estivesse armado, e por isso atirou.

Em comunicado, o Bradesco afirmou que lamenta o ocorrido e está prestando assistência aos familiares das vítimas.

Da Agência O Globo

Aposentado baleado em banco de SP tem morte cerebral

BRASIL

O aposentado Domingos Conceição dos Santos, baleado na cabeça após uma discussão com um vigia de uma agência bancária na zona leste de São Paulo, teve morte cerebral confirmada hoje, segundo informações do boletim médico do Hospital São Camilo, onde ele estava internado desde a quinta-feira. Na tarde de ontem foi realizado o protocolo para constatação de morte encefálica do paciente, após o período de 72 horas necessário à metabolização das drogas neurodepressoras.

Domingos foi baleado pelo segurança da agência São

Miguel Paulista-USP do Bradesco após ser barrado na porta giratória por causa de seu marca-passo. A família estuda entrar com uma ação na Justiça contra o banco e contra o segurança, por **racismo**.

Em nota, o Bradesco lamentou o ocorrido e afirmou que "colocou à disposição uma assistente social, que vai permanecer ao lado da família para prestar apoio e solidariedade nesse momento difícil". Segundo a assessoria do hospital, ainda não há informação se a família fará a doação dos órgãos de Domingos.

E assim como foram capturados alguns poucos textos sobre casos individuais de violência física nos espaços de *debate* sobre racismo, como acima exposto, foi também mapeada uma matéria nos espaços noticiosos reservados aos assuntos policiais em que a relação entre o quadro de violências físicas no País e a cor da pele de suas vítimas é estabelecida. É uma exceção, porém, gerada por uma evidente quebra de padrão noticioso (*ver, a seguir, a reprodução do único texto capturado num espaço "policial" que debate racismo*).

Cresce número de homicídios de crianças e adolescentes no MA

POLÍCIA



O número de homicídios envolvendo crianças e adolescentes no Maranhão cresceu 405,9% entre os anos de 1997 e 2007. Os dados foram divulgados no fim de março e estão no estudo Mapa da Violência 2010 - Anatomia dos Homicídios no Brasil, coordenado pelo professor Júlio Jacobo Waiselfisz. De acordo com o estudo, em 1997 ocorreram 34 homicídios envolvendo pessoas de zero a 19 anos. Dez anos depois, esse número saltou para 172 ocorrências.

Entre as 27 unidades da federação brasileira, o Maranhão foi o que teve a maior evolução percentual desse tipo de crime. A segunda maior variação nesse sentido coube a Minas Gerais, onde os homicídios de crianças e adolescentes cresceram 345,4% e a terceira em Alagoas, onde os assassinatos de pessoas de zero a 19 anos tiveram elevação de 298,9%. Os estados do Rio de Janeiro, Amapá e São Paulo foram os únicos que apresentaram redução nesse período.

Reserva - Segundo o autor do estudo, esses dados, em todo o Brasil, devem ser vistos com reservas. Isso porque os números apresentam uma heterogeneidade que não pode ser percebida em outras faixas etárias distribuídas. Até os 12 anos, os índices são extremamente baixos, tanto em termos absolutos quanto relativos, rondando em torno de um ho-

racismo.empata.com

mícidio a cada 100 mil crianças. É a partir dos 12 anos que se observa uma crescente espiral de violência, que tem seu ápice lá nos 20 ou 21 anos de idade, declara Júlio Jacobo Waiselfisz, na publicação. Vinte e quatro unidades mostram crescimento e, em alguns casos, muito preocupante, como os casos de Alagoas, Maranhão e Minas Gerais, onde os assassinatos de crianças e adolescentes quadruplicam ou quintuplicam no período, acrescenta.

No caso específico do Maranhão, os números do estudo mostram que, além de ter quadruplicado o número de crianças e adolescentes assassinados nesse período, também houve um crescimento na participação desses jovens no universo total de homicídios. Em 1997, o número de homicídios de jovens com até 19 anos correspondia a apenas 10,6% do total de assassinatos no Estado; 10 anos depois, esse crime já respondia por 15,7% do total.

Capital - Em São Luís, o estudo não verificou grandes mudanças com relação ao cenário estadual. Em 10 anos, houve crescimento de 221,7% na quantidade de homicídios envolvendo jovens de até 19 anos. Pelos dados do estudo, em 1997, foram assassinados 23 crianças e adolescentes na capital maranhense; 10 anos depois, porém, esse número já havia crescido para 74 vítimas.

Entre os casos registrados em 2007, está o do menino Mauro Felipe Santos Oliveira. Ele foi vítima de asfixia por estrangulamento, quando tinha apenas 8 anos. O crime aconteceu no dia 26 de agosto daquele ano, na zona rural de São Luís.

Nesse caso, a criança tinha desaparecido desde às 19h do dia anterior, durante as festividades do Divino Espírito Santo. Ela foi encontrada, na manhã seguinte, por populares enforcada com a própria camisa que usava, parcialmente despida e com virias

pg.2

Continuação: Cresce número de homicídios de crianças e adolescentes no MA

perfuções de chiuço pelo corpo.

Assim como aconteceu no Estado, além de ter crescido em número, os crimes envolvendo crianças e adolescentes em São Luís também evoluíram no percentual geral de homicídios. Em 1997, os assassinatos de menores de idade correspondiam a 12,9%; 10 anos depois, esse tipo de ocorrência passou a responder por 18,9%. Ou seja, em 2007, praticamente um a cada cinco homicídios registrados em São Luís envolvia criança ou adolescente.

Homens respondem por 94,4% dos homicídios em 2007

O estudo Mapa da Violência 2010 - Anatomia dos Homicídios no Brasil também revelou que a maioria, quase absoluta dos crimes em São Luís, envolve exclusivamente homens.

Pelos dados da publicação, dos 1.092 homicídios registrados, 94,4% eram de pessoas do sexo masculino. Em números, 1.030 homens foram assassinados durante o ano de 2007 contra apenas 61 mulheres.

Em todo o Brasil, o Maranhão é o estado com a maior desproporção entre homicídios de homens e mulheres. Roraima, do outro lado, é a Unidade da Federação onde essa proporção de mortes entre homens e mulheres é menos desequilibrada. Naquele estado, 83,6% dos homicídios envolvem homens.

Sobre a questão **raça**, os números mostram que no Maranhão a maior quantidade de homicídios, ocorridos em 2007, envolveu pessoas consideradas

negras. Dos 1.092 assassinatos registrados, 85,16% ocorreram contra **negros** e 14,84% contra brancos. Em outras palavras, para cada branco assassinado, morrem 2,2 negros nas mesmas circunstâncias, e, pelo balanço histórico do último quinquênio, a tendência é crescer ainda mais, disse o pesquisador em referência a todo o Brasil.

No que tange aos homicídios envolvendo a população negra, um dos casos marcantes registrado em 2007 foi o do compositor e repentinista Jeremias Pereira da Silva, 46 anos, conhecido como Geró, poeta popular, assassinado dia 22 de março daquele ano. Ele foi espancado até a morte por dois policiais militares. A vítima era um dos mais atuantes membros do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e esteve empenhado na campanha de Jackson Lago ao Governo do Estado, chegando, inclusive, a animar comícios nos bairros de São Luís. Curiosamente, a morte de Geró ocorreu no início do mandato de governador do pedetista.

Mais

A variação na quantidade do número de homicídios de crianças e adolescentes em São Luís foi inferior a apenas três capitais: Florianópolis (SC), Belo Horizonte (MG) e Maceió (AL). Em Florianópolis, o crescimento foi de 833% desse tipo de crime; em Belo Horizonte, de 400% e em Maceió, de 293,8%. Seis capitais registraram redução: Macapá (AP), Manaus (AM), Rio Branco (AC), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Vitória (ES).

ESPAÇOS DE OPERAÇÃO – A título de exemplo, buscamos dois textos publicados no período em questão e que, devido às razões acima expostas, não foram capturados pelos instrumentos da presente análise. Eles servem para evidenciar o padrão noticioso adotado pelas redações quando o assunto tratado se concentra em violências físicas – notadamente, homicídios, as ocorrências mais frequentes nos espaços especializados nesse tipo de questão, aqui denominados de *operação do racismo*.

Nas duas narrativas abaixo reproduzidas, nitidamente construídas a partir da voz policial, o nome das vítimas sequer é registrado, sobressaindo-se as teses de envolvimento dos mortos em atividades criminosas e de “troca de tiros”.

Assaltantes são flagrados na Rodovia dos Trabalhadores – “Três cabos da Polícia Militar foram informados por moradores que bandidos estavam assaltando as pessoas que passavam pela Rodovia dos Trabalhadores. No local, os policiais encontraram quatro sujeitos de bicicleta. Houve troca de tiros e um dos assaltantes foi atingido e morreu no local. Os outros três fugiram. A Polícia encontrou duas armas calibre 38. Uma bicicleta e as armas dos bandidos foram levadas para a delegacia do Benguí, que investigará o caso (*Diário do Pará, “Polícia”, Plantão, on line, 19/10/2008*)”.²³

Execução brutal no Curuçambá – “A população do bairro do Curuçambá, em Ananindeua (PA), ouviu três disparos na última terça-feira. Um homem de 32 anos havia sido morto na Rodovia dos Trabalhadores por volta das 22h15. Ele foi encontrado com as mãos amarradas para trás e os tiros haviam atingido o tórax e o rosto dele. A irmã do rapaz morto o reconheceu e afirmou que os dois não mantinham muito contato. Só disse que ele deixa três filhos e a companheira. De acordo com os investigadores do caso, o crime pode ser um acerto de contas, pois a vítima já tinha passagens pela polícia (*O Liberal, “Polícia”, on line, 16/10/2008*)”.²⁴

Para além da veracidade ou não de tais teses, o que é evidenciado por esse modo de estruturação de textos – e que interessa a nosso estudo – é a ausência de informações que estabeleçam a relação entre os crimes e a condição socioeconômica e étnico-racial das vítimas. A articulação entre o grave quadro de homicídios do País e a cor da pele dos mortos ocorre por meio de pesquisas como o *Mapa da Violência*, baseado no Sistema de Informação de Morbimortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, e que recupera a identidade étnico-racial omitida nos jornais.²⁵

E, com raras exceções, como o texto publicado na seção de “Polícia” de *O Estado do Maranhão* de 26/04/10, anteriormente reproduzido, estas pesquisas são comumente difundidas nos espaços noticiosos que classificamos como de *debate sobre racismo*.

²³ Disponível em: <<http://www.redeobs.unama.br/noticias-dia-anteriores.jsp>>. Acesso em: 19/07/12.

²⁴ Disponível em: <<http://www.redeobs.unama.br/noticias-dia-anteriores.jsp>>. Acesso em: 19/07/12.

²⁵ WAISELFISZ, 2011.

ESPAÇOS INTERMEDIÁRIOS – É importante registrar que parte dos veículos analisados – principalmente, os de circulação nacional – aboliu as editorias especializadas em assuntos ditos “policiais”. Não significa, porém, que esse tipo de noticiário não esteja sendo operado nestes veículos, e de modo análogo ao dos jornais regionais/locais, em que tais páginas/seções (denominadas, na maioria das vezes, como de “Polícia”, “Segurança” ou “Violência”) sobrevivem.

Abrigadas, em geral, nas editorias de “Cotidiano” (*Folha de S.Paulo*), “Metrópole” (*O Estado S.Paulo*), “Cidades” (*Correio Braziliense*) ou “O Rio” (*O Globo*), as narrativas sobre violências físicas misturam-se a outros assuntos de interesse das cidades correspondentes, mas mantêm o mesmo padrão noticioso dos espaços reservados exclusivamente às temáticas policiais, caracterizando-se pela ausência de registro de vínculo entre a morte de pessoas negras e a violência simbólica do racismo, como ilustrado pelo exemplo abaixo, extraído da *Folha de S.Paulo* no período analisado (e tampouco capturado pelos instrumentos da presente análise).

Morre pedreiro encontrado com faca na cabeça em São José do Rio Preto (SP) – O pedreiro Emerson Manoel da Rocha, 24 anos, encontrado com uma faca de açougueiro fincada na cabeça, em São José do Rio Preto (438 km de SP), morreu na noite de sábado (26). Ele estava internado em estado grave na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do Hospital de Base de São José do Rio Preto. A vítima morreu por volta das 23h de ontem. Rocha passou por uma cirurgia na sexta-feira (25) para a retirada da faca da cabeça. Após a operação, ele ficou o tempo todo sedado e respirava com a ajuda de aparelhos. O pedreiro estava sozinho e inconsciente quando foi encontrado por policiais em uma esquina no Jardim Maria Lúcia na madrugada de sexta-feira (25). A polícia investiga quem cometeu o crime. A faca entrou cerca de dez centímetros no crânio do pedreiro, atingindo o lóbulo frontal e o tronco cerebral, responsável pela ligação com a espinha dorsal (*Folha de S. Paulo*, “Cotidiano”, on line, 27/12/2009).²⁶

É significativo observar que nestes espaços noticiosos reservados aos assuntos do cotidiano das cidades, apesar do grande número de narrativas sobre racismo detectado pelo levantamento adicional sobre a amostra de 2010 (17,2%, como registrado na *Tabela 84*), não foram capturados textos sobre violência física – o que reafirma a permanência do padrão noticioso destituído de reflexão sobre o grande número de assassinatos de pessoas negras registrado nestes espaços intermediários.

²⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u671662.shtml>. Acesso em: 20/07/12.

TABELA 84**Espaço editorial dos textos publicados – assuntos citadinos**

TIPO	SEÇÕES/EDITORIAS/CADERNOS/PÁGINAS/ESPAÇOS NOTICIOSOS	%
Citadinos	“Cotidiano” “Cidade”, “Gerais”, “Dia-a-dia”, “Rio de Janeiro” “Vida e Cidadania”, “Metrópole”, “Minas”, “Direto da Baixada”	17,2

Resumindo, nos espaços / textos jornalísticos que debatem racismo, há um quase silêncio em relação ao grave quadro de homicídios praticados contra a população negra, detectado e difundido por diversos estudos.²⁷ Já nos espaços / textos nos quais é registrada a grande maioria dos assassinatos cometidos contra esse grupamento, há ausência significativa de discussão sobre as causas do fenômeno, como evidenciado por outras pesquisas.²⁸

E esta lacuna é exposta pela presente análise: apesar do esforço metodológico para capturar, nos espaços / textos de *debate* sobre racismo, o fenômeno da violência física praticada contra a população negra, com perguntas abertas sobre o assunto em todos os blocos do questionário da pesquisa, a presença desse tipo de registro foi significativamente inferior ao que se verifica no debate sobre violência física sem recorte racial ora travado nos meios de comunicação.²⁹

O (pobre) debate sobre violência física

Historicamente situada entre os aspectos mais abordados nas análises temáticas realizadas pela ANDI, no estudo sobre Imprensa e Racismo a violência em geral consta em apenas 273 textos, ou 17,0% do noticiário aqui analisado, que cobriu os anos de 2007 a 2010 (*Tabela 85*). O percentual sinaliza para o subdimensionamento do fenômeno nesse tipo de narrativa – o que aponta, mais uma vez, para a desvinculação entre o quadro de violências físicas e a violência simbólica do racismo praticado contra a população negra no País.

Os baixos índices de referência a violências físicas encontrados no noticiário em foco apontam para a importância de um estudo específico sobre o fenômeno e sua relação com a prática do racismo no Brasil, utilizando estratégias metodológicas que superem a ausência, nos textos jornalísticos, de referências às características étnico-raciais das vítimas. E em função da gravidade do quadro de mortes de adolescentes e jovens negros, como comprovado por pesquisas como *O Mapa da*

Imagem, um recurso possível

É importante frisar que a dificuldade de captura dos textos sobre violência física no noticiário sobre racismo deve-se, sobretudo, à ausência de referências às características étnico-raciais das vítimas nas narrativas jornalísticas. Significa dizer que o acréscimo de palavras-chave não irá superá-la, sendo indispensável lançar mão de outros elementos, como os registros fotográficos, em análises específicas sobre o fenômeno.

²⁷ WAISELFISZ, 2011.

²⁸ VARJÃO, 2010.

²⁹ RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela, 2007.

*Violência*³⁰ e *Índice de Homicídios na Adolescência*,³¹ a análise deve focalizar este segmento vulnerável.

Mas apesar de numericamente pouco representativo em relação ao grave quadro verificado na vida social brasileira; ou mesmo em relação ao debate sobre violência física sem recorte racial travado nos jornais; ou ainda considerando-se a amostra geral da presente pesquisa, o conjunto capturado de textos sobre violências físicas contra negros(as) sinaliza para aspectos importantes do debate sobre o binômio racismo / imprensa.

É importante levar em conta, portanto, que todos os percentuais dos tópicos sobre violências registrados nas tabelas a seguir foram calculados sobre o total da amostra, cuja maioria dos textos não trata de violências. Mas, apesar de pequenos, os números emitem discursos significativos. E entre outras evidências expostas, está a confirmação do padrão noticioso desse tipo de narrativa – diferente do conteúdo mais contextualizado e reflexivo dos textos sobre a violência simbólica do racismo. Como se pode observar pela *Tabela 85*, abaixo registrada, o levantamento aponta, em síntese, que:

- A abordagem sobre violências físicas prioriza atos violentos / criminosos e seus desdobramentos, enfoque que responde por 7,6% das notícias que tratam de racismo – percentual relevante, considerando-se que foi calculado sobre o total da amostra.
- O debate mais reflexivo acerca da segurança pública e do fenômeno em si está presente em apenas 3,8% desse noticiário.

TABELA 85

Tema majoritário do noticiário sobre violência

ABORDAGEM PRINCIPAL	%
Ato violento/criminoso e seus desdobramentos	7,6
Debates e reflexões sobre a segurança pública e a violência	3,8
Apresentação de dados e repercussão de estudos	3,6
Ações e políticas públicas de segurança	0,3
Outros aspectos	1,7
Não menciona violência	83,0
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

Os dados demonstram ainda que a violência racial é a mais abordada pelo noticiário que cobre o assunto (*Tabela 86*), mencionada em 9,2% dos textos (importante registrar que, a rigor, todas as violências registradas na tabela que se segue são raciais, e que a categoria “racial” foi usada para os casos

³⁰ WAISELFISZ, 2012.

³¹ SDH, 2009.

em que a única explicação para o ato de violência tenha sido o racismo. Um exemplo: agressão a negros por *skinheads*). Em menor medida, são citados:

- O assassinato de adolescentes e jovens (2,2%).
- A violência policial (1,9%).
- As violências sexual (0,6%) e doméstica (0,4%).

TABELA 86

Tipo de violência mencionado no noticiário

TIPO DE VIOLÊNCIA	%
Racial	9,2
Assassinatos de adolescentes e jovens	2,2
Policial	1,9
Sexual	0,6
Doméstica	0,4
Trânsito	0,0
Outras formas	3,4
Não menciona um tipo de violência específico	1,4
Não menciona violência	83,0
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

A ampla maioria dos textos analisados não menciona ação policial (96,2%), o que condiz com o teor do debate travado – desvinculado de violências físicas. Mas nas ocasiões em que essa referência é feita, são citadas a prisão de suspeitos (2,2%) e, pontualmente, investigações ou morte de suspeitos (0,3%). Veja tabela a seguir.

TABELA 87

Ação policial majoritariamente mencionada nos textos

AÇÃO POLICIAL	%
Prisão de suspeito(s)	2,2
Investigações	0,3
Morte de suspeito/bandido	0,3
Apreensão de drogas	0,1
Apreensão de armas	0,1
Apreensão objetos roubados	0,1
Blitz	0,1
Confronto/troca de tiros	0,1
Operações de busca	0,1
Apreensão de dinheiro	0,0
Outra	0,4
Não menciona ação policial	13,2
Não menciona violência	83,0
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

A investigação sobre os tipos de infração registrados demonstra que a menção a discriminações (étnica, sexual e outras) é a de maior prevalência (Tabela 88), correspondendo a 6,6% do total de notícias sobre racismo. O dado corrobora, mais uma vez, o teor das notícias capturadas. Ainda de acordo com o levantamento:

- A violência física que resulta em óbito é citada em apenas 3,4% do noticiário (somados os percentuais referentes a homicídios e chacinas).
- Em menor medida, é noticiada lesão corporal/brigas (1,0%).

TABELA 88

Infrações/crimes listados nas matérias

TIPO DE INFRAÇÃO	%
Discriminação (étnica, sexual, etc.)	6,6
Homicídio	3,3
Lesão corporal/brigas	1,0
Abuso de autoridade	0,3
Ameaça(s)	0,2
Assalto/roubo	0,2
Tráfico de drogas	0,2
Abuso sexual	0,1
Chacina (3 ou mais)	0,1
Uso/envolvimento com drogas	0,1
Furto	0,1
Gangues	0,1
Rapto	0,1
Tortura	0,1
Outra(s)	0,9
Não menciona infrações	3,6
Não menciona violência	83,0
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

Dentre os textos que registram o local de ocorrência da infração/crime (Tabela 89), a categoria mais citada é a de subúrbio/periferias/comunidades populares (1,5%) – índice diminuto, mas que corrobora os dados de pesquisas sobre o perfil socioeconômico daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade a violências e criminalidades nas cidades brasileiras.³²

- Importante frisar que o alto percentual do item “não qualifica o local da ocorrência” não pode ser linearmente associado à falta de registro nos jornais, uma vez que, como já analisado, está relacionado ao teor do debate sobre racismo, e não ao quadro de violência física no País.

³² SANTOS, 2006.

TABELA 89**Qualificação do local da ocorrência**

QUALIFICA O LOCAL DA OCORRÊNCIA	%
Subúrbio/ periferias/ comunidades populares	1,5
Centro/ área central	1,0
Área nobre	0,2
Não qualifica o local da ocorrência	14,3
Não menciona violência	83,0
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

Quando mencionado o local da infração/crime (*Tabela 90*), o mais apontado é a rua (2,1%) e a escola (1,2%). A distribuição sugere uma valorização midiática das ocorrências em unidades de ensino, uma vez que o dado não é corroborado por estudos sobre a espacialização das violências físicas.

Importante também observar que esta espacialização está vinculada ao tipo de ocorrência. No caso do abuso sexual, por exemplo, mais de 63,0% dos casos registrados pelo Ministério da Saúde³³ ocorreram na residência da vítima e cerca de 18,0% aconteceram em via pública.

A citada pesquisa³⁴ demonstra ainda que grande parte dos assassinatos no Brasil ocorre dentro da casa das vítimas: 40,0%, no caso do sexo feminino; e 17,0%, quando se trata do masculino.

TABELA 90**Registro do local específico da infração/crime**

LOCAL DO CRIME	%
Rua	2,1
Na escola	1,2
Internet	0,4
Comércio, outras empresas	0,4
Locais privados de proteção de valores (bancos, carros fortes)	0,3
Em casa/ residência da vítima	0,2
Bares	0,2
Em casa/ residência do agressor e da vítima	0,1
Em casa/residência de terceiros	0,1
Em boates/ clubes noturnos	0,1
Instituições públicas de aprisionamento (delegacia, presídios, etc.)	0,1
Outros	2,3
Não menciona o local do crime	9,5
Não menciona violência	83,0
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

³³ Mapa da Violência 2012.

³⁴ IDEM.

Nesse tipo de noticiário, é praticamente inexistente a referência a unidades de policiamento comunitário (*Tabela 91*): apenas 0,6% dos textos trazem tal menção. Calculado sobre o total de notícias sobre violência / segurança pública (253), o percentual também é pequeno: 4,0%.

TABELA 91

Menção a unidades de policiamento comunitário

MENCIONA UNIDADES?	%
Sim	0,6
Não	16,4
Não menciona violência	83,0
TOTAL	100

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602).

A ampla maioria dos textos não identifica o agressor como pertencente a grupos populacionais específicos (*Tabela 92*), sendo que os brancos são citados em 1,2% e negros (pretos + pardos), em 0,7%.

São dados, porém, pouco significativos, uma vez que o agressor brasileiro não tem perfil conhecido, em função da dificuldade de se identificar a autoria de crimes – principalmente, homicídios – no País.

O Mapa da Violência 2011³⁵, por exemplo, diz que apenas 4 mil dos 50 mil assassinatos registrados anualmente no Brasil são elucidados – o que representa uma taxa de apenas 8% de sucesso no esclarecimento desse tipo de crime.

Importante ainda observar a relação entre o perfil dos agressores e o tipo de violência praticada. De acordo com a pesquisadora Flávia Dotoli,³⁶ por exemplo, os criminosos sexuais detidos na prisão de Araraquara entre 2005 e 2008 tinham entre 32 e 50 anos, eram alfabetizados e pertenciam às mais diferentes classes sociais.

Pesquisa realizada entre 736 adolescentes internos no Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Santa Maria (RS), de 1998 a 2007, aponta a prevalência de autores de atos infracionais de cor branca (64,8%), seguindo-se a preta (16,2%) e a parda (14,4%). Mas é importante observar que a maioria da população naquele estado é de cor branca. Seguindo a tendência de outras unidades de internação, a maioria das infrações cometidas é de crimes contra o patrimônio (52,8%), seguida de crimes contra a vida (18,6%).

³⁵ WAISELFISZ, 2011.

³⁶ Disponível em: <http://www.araraquara.com/noticias/policia/2011/10/30/pesquisa-inedita-traca-perfil-de-criminosos-sexuais-da-regiao.html> Acesso em: 21/07/12.

Em relação às vítimas, apesar de pequenos, os percentuais guardam coerência com a realidade do quadro social, que aponta a população negra como vítima preferencial das violências físicas no Brasil.

TABELA 92
Cor/etnia do(s) agressor(es)

AGRESSORES	%
Branca	1,2
Negra (preta + parda)	0,7
Amarela	0,0
Parda	0,0
Preta	0,0
Indígena	0,0
Outra(s)	0,1
Não foi possível identificar a cor/etnia do agressor	15,1
Não menciona violência	83,0
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

TABELA 93
Cor/etnia da(s) vítima(s)

VÍTIMAS	%
Negra (preta + parda)	10,9
Branca	0,7
Parda	0,7
Indígena	0,2
Preta	0,1
Outra(s)	0,2
Não foi possível identificar a cor/etnia da vítima	5,8
Não menciona violência	83,0
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

No que se refere à faixa etária de agressores e vítimas (*Tabela 94*), os números revelam que jovens (18 a 24 anos) e adultos (25 a 29 anos) são os mais destacados. De acordo com os dados:

- Jovens de 18 a 24 anos são apontados como agressores em 2,2% dos textos.
- Adultos de 25 a 59 anos ocupam esse papel em 0,9%.
- Adolescentes de 12 a 17 anos surgem em menor medida, citados em 0,5% dos textos.
- Crianças de até 11 anos aparecem como agressores em 0,2% do noticiário.

Aqui, mais uma vez, configura-se a dificuldade de interpretação de significados, pela inexistência de parâmetros de comparação com o quadro social: como já exposto, não há pesquisas sobre o perfil do agressor brasileiro em geral, em

virtude da dificuldade de elucidação de infrações e crimes. Importante frisar que os parcos e pontuais perfis levantados são baseados em agressores institucionalizados, mas que a maioria dos agressores, em verdade, não é conhecida – principalmente, aqueles que atentam contra a vida.

TABELA 94**Faixa etária do(s) agressor(es)**

AGRESSORES	%
Jovens (de 18 a 24 anos)	2,2
Adultos (de 25 a 59 anos)	0,9
Adolescentes (de 12 a 17 anos)	0,5
Crianças (de 0 a 11 anos)	0,2
Idosos (de 60 anos em diante)	0,0
Não foi possível identificar a faixa etária do agressor	13,5
Não menciona violência	83,0
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Em relação às vítimas (*Tabela 95*), observa-se uma leve diferença entre o quadro noticioso e o quadro social, traçado por diferentes pesquisas, que apontam os jovens entre 18 e 29 anos como os que mais sofrem violência letal no Brasil. Importante registrar, porém, que aqui estão relacionados diferentes tipos de violência física, e não apenas a letal – o que pode explicar essa distorção. De acordo com os dados:

- Adultos de 25 a 59 anos ocupam o papel de vítimas em 3,1% dos textos.
- Jovens de 18 a 24 anos são apontados como vítimas em 2,0% das notícias.
- Adolescentes de 12 a 17 anos aparecem como vítimas em 2,1%.
- Crianças de até 11 anos surgem nesse papel em 1,1% do material analisado.

TABELA 95**Faixa etária da(s) vítima(s)**

VÍTIMAS	%
Adultos (de 25 a 59 anos)	3,1
Adolescentes (de 12 a 17 anos)	2,1
Jovens (de 18 a 24 anos)	2,0
Crianças (de 0 a 11 anos)	1,1
Idosos (de 60 anos em diante)	0,0
Não foi possível identificar a faixa etária da vítima	9,7
Não menciona violência	83,2
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Quando menciona explicitamente a classe / extrato social do agressor (*Tabela 96*), a maior citação é para a de menor poder aquisitivo (0,4%), seguindo-se a intermediária (0,2%) e a do topo da pirâmide (0,1%).

No caso das vítimas (*Tabela 97*), a tendência se repete: 2,6% da cobertura aponta que os atos de violência são cometidos contra pessoas de classe socioeconômica baixa.

TABELA 96

Identificação explícita de classes/extratos sociais do(s) agressor(es)

AGRESSORES	%
Classe baixa	0,4
Classe média	0,2
Classe alta	0,1
“Nova” classe média/ Classe C	0,0
Não foi possível identificar a classe social do agressor	16,4
Não menciona violência	83,0
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

TABELA 97

Identificação explícita de classes/extratos sociais da(s) vítimas(s)

VÍTIMAS	%
Classe baixa	2,6
Classe alta	0,1
“Nova” classe média/ Classe C	0,0
Classe média	0,0
Não foi possível identificar a classe social das vítimas	14,4
Não menciona violência	83,0
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

No que se refere ao sexo desses envolvidos (*Tabelas 98 e 99*), os dados revelam que 4,8% dos agressores explicitamente mencionados são homens e 1,1%, mulheres; e que 6,9% das vítimas são homens e 2,8%, mulheres.

TABELA 98

Sexo do(s) agressor(es)

AGRESSORES	%
Masculino	4,8
Feminino	1,1
Não foi possível identificar o sexo do(s) agressor(ES)	11,5
Não menciona violência	83,0
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

TABELA 99**Sexo da(s) vítimas(s)?**

VÍTIMAS	%
Masculino	6,9
Feminino	2,8
Não foi possível identificar o sexo da(s) vítima(s)	8,7
Não menciona violência	83,0
TOTAL	-

Percentuais calculados com base no total de notícias (1.602). A variável permite marcação múltipla. Portanto, o somatório dos percentuais pode ser diferente de 100%.

Em síntese, a presente exposição de dados evidencia que o modo de estruturação do noticiário sobre violências físicas (notadamente, a letal) favorece a desvinculação entre esse tipo de ocorrência e a violência simbólica do racismo – o que não ajuda a enfrentar um dos mais graves problemas sociais do Brasil.

E como também demonstrado, essa lacuna ocorre em função de uma negligência noticiosa, que pode ser superada pela menção às características étnico-raciais das vítimas de homicídio, por exemplo. Um procedimento relativamente simples, mas de grande valor no trabalho em defesa da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. *Balas perdidas: Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência*. Brasília, 2002.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. *Direitos da Infância e Adolescência*. Brasília, 2009.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. *Imprensa e Agenda dos Direitos das mulheres*. Brasília, 2011.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. *Adolescentes em conflito com a lei na mídia brasileira*. Brasília, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8. Ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HANSEN, Anders. *Content Analysis*. In: HANSEN, A et al. *Mass communication research methods*. New York: NY University Press, 1998.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, 2 ed., Belo Horizonte: EdUFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa mensal de emprego, mar. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoe-rendimento/pme_nova/estudos.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2012>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 2010. 2011.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007a. Disponível em: <<http://www.ipeafro.org.br/taober-admin/fotos/2010,08,23-118a3.pdf>>. Acesso em: 18 out. 12.

_____. *O racismo através da história: da antiguidade à modernidade*. Carlos Moore, 2007b. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/sites/500/516/00000672.pdf>>. Acesso em: 18 out. 12.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. Rio de Janeiro: PENESB, 05 nov. 2003.

PROGRAMA DE COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL NO BRASIL / PCRI. Boletim Eletrônico número 2, março-abril 2005. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/profissional/aceeso_rapido/gtae/saude_pop_negra/boletim_eletronico2_pcri_saude.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2011.

RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela, *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SANTOS, Márcia Andréa Ferreira. Análise da espacialização dos homicídios na cidade de Uberlândia. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 2006.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Índice de Homicídios na Adolescência. In: Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. Brasília: SDH/PR, 2009.

SILVA, Maria Palmira. *O alcance político dos movimentos sociais de combate ao racismo no Brasil*. In: Lúcia Maria de Assunção Barbosa; Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério (orgs.). *De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

SILVÉRIO, Valter Roberto; VIEIRA, Paulo Roberto dos Santos. *Tempos presentes. Políticas públicas contra as desigualdades étnico-raciais na educação brasileira: as leis 10639/03 e 11645/08*. Disponível em: <<http://www.simpósioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CC12.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2008.

VARJÃO, Suzana. *Micropoderes, macroviolências: Mídia impressa, aparato policial*. Salvador: EDUFBA, 2008.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da violência IV: Os jovens do Brasil*. Brasília, 2004.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da violência 2011: Os jovens do Brasil*. Brasília, 2011.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da violência 2012: Caderno Complementar 2 – Homicídios de Mulheres*. Brasília, 2012.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012.php>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

ZAPPE, Jana Gonçalves e RAMOS, Nara Vieira. Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS. Santa Maria, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/17.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

ANEXO 1**Espaço editorial dos textos da amostra relativa ao ano de 2010****TABELA 100****Todas as frequências**

ESPAÇO	%	ESPAÇO	%
Opinião	12,4	Editorial	0,4%
Brasil	8,3	Emprego	0,4%
Cidade	5,8	Inovação e Educação	0,4
Política	4,6	Notas & Informações	0,4
Gerais	4,3	Saúde	0,4
Cultura	3,5	Segundo caderno (Opinião)	0,4
Economia	2,9	Sociedade aberta	0,4
Cotidiano	2,5	Tendências/Debates	0,4
Nacional	2,1	Variedades	0,4
Capa	1,9	Vestibular	0,4
Ilustrada (cultura)	1,4	Segundo Caderno	0,2
O País	1,2	Artes Cênicas	0,2
Cartas	1,0	Carreira	0,2
Dia-a-dia (cidade)	1,0	Ciência	0,2
Esportes	1,0	Coisas da Política	0,2
Rio de Janeiro	1,0	Crônica	0,2
Vida e Cidadania	1,0	Da Redação	0,2
Caderno G	0,8	Direto da Baixada	0,2
Diversão e Arte	0,8	Direto da Fonte	0,2
Folha 2	0,8	Domingo	0,2
Magazine	0,8	Eventos	0,2
Poder	0,8	Fórum dos leitores	0,2
Turismo	0,8	Fovest	0,2
Aliás	0,6	Gurilândia	0,2
Alternativo	0,6	História	0,2
Caderno 2	0,6	Internacional	0,2
Capa Dois	0,6	Mobilização	0,2
Espaço aberto	0,6	Mundo	0,2
Metrópole	0,6	Negócios	0,2
Minas	0,6	País	0,2
Painel do Leitor	0,6	Planeta	0,2
Vida	0,6	Polícia	0,2
Cultura	0,4	Relações Internacionais	0,2
Anexo	0,4	Tema do Dia	0,2
Artigo	0,4	TV	0,2
Blogs	0,4	Últimas	0,2
Caderno C	0,4	Viagem	0,2
Concursos	0,4	Vida Universitária	0,2
Destaque	0,4	Viver (Cultura)	0,2
Dinheiro	0,4	NFPI	19,9
SUB-TOTAL 1	70,0	SUB-TOTAL 2	30,0
TOTAL		100,0	

TABELA 101

Recorte das frequências

SEÇÕES/EDITORIAS/CADERNOS/PÁGINAS/ESPAÇOS NOTICIOSOS	%
“Editorial”, “Artigo”, “Opinião”, “Painel do leitor”, “Tendências/Debates”, “Crônica”, “Fórum de leitores”, “Espaço aberto”, “Notas e informações”	16,6
“Cultura”, “Segundo Caderno”, “Diversão e Arte”, “Artes Cênicas”, “Caderno 2”, “Caderno C”, “Caderno G”, “Capa Dois”, “Eventos”, “Folha 2”, “Ilustrada”, “Magazine”, “Viver Cultura”, “Alternativo”	12,2
“Nacional”, “Brasil”, “O País”, “País”, “Sociedade aberta”	12,0
“Coisas da Política”, “Política”, “Poder”	5,6
“Dinheiro”, “Economia”, “Negócios”	3,5
“Polícia”	0,2
“Cotidiano” “Cidade”, “Gerais”, “Dia-a-dia”, “Rio de Janeiro” “Vida e Cidadania”, “Metrópole”, “Minas”, “Direto da Baixada”	17,2
Outros	12,8
Não foi possível identificar	19,9
TOTAL	100,0

ANEXO 2

Equipes do projeto

MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO

Angélica Basthi

(Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial – Cojira e Prêmio Abdias Nascimento de Jornalismo)

Athayde Motta/Iracema Dantas

(Fundo Baobá)

Helena Oliveira

(Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef)

Jacira Melo

(Instituto Patrícia Galvão)

Jailson de Souza

(Observatório de Favelas)

Lucia Xavier

(Criola)

Lula da Silva

(Fórum Nacional de Juventude Negra)

Monica Alves de Oliveira Gomes

(Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir)

Muniz Sodré

(Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Rebecca Tavares/Isabel Clavelin/Ana Querino

(Onu Mulheres)

Sueli Carneiro

(Fundo Brasil de Direitos Humanos)

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Antônio Carlos Filho (Geledés – Instituto da Mulher Negra)

Danila de Jesus (AFIRME-SE)

Fernanda Alcântara (Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades – CEERT)

Luciane dos Reis Conceição (Instituto Mídia Étnica)

FICHA TÉCNICA

Supervisão geral:

Veet Vivarta (ANDI)

Coordenação geral:

Suzana Varjão (ANDI)

Coordenação política:

Carolina Trevisan (consultora)

Aportes teóricos:

Trícia Calmon (consultora)

Triagem de notícias:

Antonia Amélia e Lucas Conceição (ANDI) e Marcos Alvarenga (colaborador)

Classificação:

Dina Santos Araújo, Andressa Moreira, Kendy Neris Ramos Cruz, Aline Maia Nascimento e Samuel Araújo Alves dos Santos (alunos cotistas da UnB); Rafaela Dantas, Aline Forrest e Paula Gratão (ANDI); Kátia Sens, Hermes Pena e Danielle Valverde (colaboradores)

Controle de qualidade:

Naiara Garcia e Antonia Amélia (ANDI); Thaís Malheiros e Danielle Valverde (colaboradores)

Supervisão de pesquisa:

Naiara Garcia e Antonia Amélia (ANDI)

Revisão e interpretação de dados:

Diana Barbosa, Fábio Senne e Marília Mundim (consultores)

Textos:

Cristina Sena (ANDI), Marília Mundim (consultora) e Suzana Varjão (ANDI)

Diagramação:

Gisele Rodrigues (ANDI)

Difusão:

Christina Velho (ANDI)

Realização:



Apoio:



FORDFOUNDATION

